

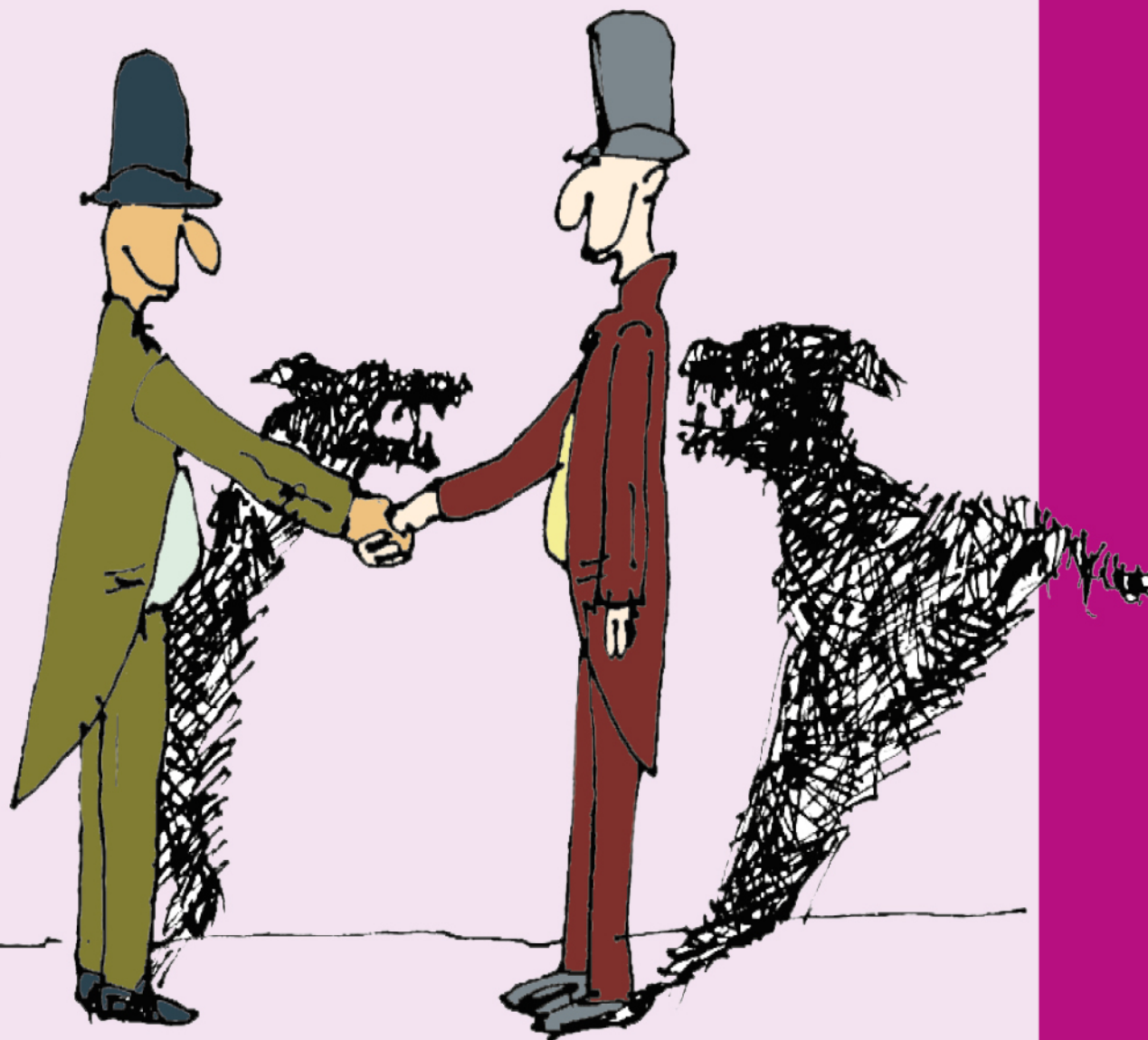
3ª Edição, 1ª Reimpressão

Programa de Formação da CNTE
Um novo conceito de atuação sindical

Teoria Política

Formação de Dirigentes Sindicais

Fascículo 2 - Teoria Política



Alair Suzeti da Silveira



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

Brasil



Eixo 1

Programa de Formação da CNTE
Um novo conceito de atuação sindical

Eixo 1 - Fascículo 2

Teoria Política

Alair Suzeti da Silveira

3ª Edição, 1ª Reimpressão

Brasília, DF
CNTE/ESFORCE
2014

© 2014 CNTE

Qualquer parte deste caderno pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível também em: <http://cnte.org.br/index.php/secretarias/formacao.html>

Coordenação: Gilmar Soares Ferreira - Secretário de Formação
Heleno Araújo Filho - Secretário de Assuntos Educacionais

Secretaria da Escola de Formação (Esforce): Cristina S. de Almeida

Equipe de edição: Claudia Santiago, Marina Schneider, Sheila Jacob, Luisa Santiago e Ana Lúcia Vaz

Projeto gráfico e editorial: Vito Giannotti

Capa e diagramação: Daniel Costa e Frisson Comunicação

Ilustrações: Latuff / Hélio Arakaki

1ª Edição: Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT), em 2000

2ª Edição (revisão): Escola Centro-Oeste de Formação da CUT (ECO/CUT), em janeiro de 2007

3ª Edição: 2011

3ª Edição – 1ª Reimpressão: 2014

*Esta publicação obedece às regras do Novo Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa.
Foi feito depósito legal.*

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Silveira, Alair Suzeti da.

Teoria Política / Alair Suzeti da Silveira. -- 3ª ed. 1ª reimp. -- Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014.

103 p. — (Formação de Dirigentes Sindicais, Eixo 1, Fascículo 2)

Programa de Formação da CNTE: um novo conceito de atuação sindical

ISBN Impresso: 978-85-64766-03-7

ISBN Eletrônico: 978-85-64766-04-4

1. Educação Sindical. 2. Formação Sindical. 3. Política de Formação, Sindicalismo. 4. Teoria Política. I. Título. II. Série. III. CNTE.

CDU: 32(07)

Bibliotecária: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817

Gestão 2014/2017

Direção Executiva da CNTE

Presidente

Roberto Franklin de Leão (SP)

Vice-Presidente

Milton Canuto de Almeida (AL)

Secretário de Finanças

Antonio de Lisboa Amancio Vale (DF)

Secretária Geral

Marta Vanelli (SC)

Secretária de Relações Internacionais

Fátima Aparecida da Silva (MS)

Secretário de Assuntos Educacionais

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (PE)

Secretário de Imprensa e Divulgação

Joel de Almeida Santos (SE)

Secretário de Política Sindical (licenciado)

Rui Oliveira (BA)

Secretário de Formação (licenciado)

Gilmar Soares Ferreira (MT)

Secretária de Organização

Marilda de Abreu Araújo (MG)

Secretário de Políticas Sociais

Antonio Marcos Rodrigues Gonçalves (PR)

Secretária de Relações de Gênero

Isis Tavares Neves (AM)

Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários

Joaquim Juscelino Linhares Cunha (CE)

Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos

Francisco de Assis Silva (RN)

Secretária de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação

Maria Antonieta da Trindade (PE)

Secretária de Assuntos Municipais

Selene Barboza Michelin Rodrigues (RS)

Secretário de Direitos Humanos

José Carlos Bueno do Prado - Zezinho (SP)

Secretário de Funcionários

Edmilson Ramos Camargos (DF)

Secretária de Combate ao Racismo

Iêda Leal de Souza (GO)

Secretária Executiva (licenciada)

Claudir Mata Magalhães de Sales (RO)

Secretário Executivo

Marco Antonio Soares (SP)

Secretário Executivo

Cleiton Gomes da Silva (SP)

Secretária Executiva

Maria Madalena Alexandre Alcântara (ES)

Secretária Executiva

Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

Secretário Executivo

Alvisio Jacó Ely (SC)

Secretária Executiva

Rosana Souza do Nascimento (AC)

Secretária Executiva

Candida Beatriz Rossetto (RS)

Secretário Executivo

José Valdivino de Moraes (PR)

Secretária Executiva

Lirani Maria Franco (PR)

Secretária Executiva

Berenice D'Arc Jacinto (DF)

Secretário Executivo (licenciado)

Antonio Júlio Gomes Pinheiro (MA)

SUPLENTES

Beatriz da Silva Cerqueira (MG)

Carlos Lima Furtado (TO)

Elson Simões de Paiva (RJ)

Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

João Alexandrino de Oliveira (PE)

Maria da Penha Araújo (João Pessoa/PB)

Marilene dos Santos Betros (BA)

Miguel Salustiano de Lima (RN)

Nelson Luis Gimenes Galvão (São Paulo/SP)

Rosilene Correa Lima SINPRO (DF)

Ruth Oliveira Tavares Brochado (DF)

Suzane Barros Acosta (Rio Grande/RS)

Veroni Salete Del'Re (PR)

CONSELHO FISCAL - TITULARES

José Teixeira da Silva (RN)

Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE)

Flávio Bezerra da Silva (RR)

Antonia Benedita Pereira Costa (MA)

Gilberto Cruz Araujo (PB)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

Rosimar do Prado Carvalho (MG)

João Correia da Silva (PI)

João Marcos de Lima (SP)

Coordenador do DESPE: Mário Sérgio Ferreira de Souza (PR)

CNTE

SDS Ed. Venâncio III, salas 101/106, Asa Sul, CEP: 70.393-902, Brasília-DF, Brasil.

Telefone: + 55 (61) 3225-1003 Fax: + 55 (61) 3225-2685 E-mail: cnte@cnte.org.br » www.cnte.org.br

48 Entidades Filiadas à CNTE

SINTEAC/AC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre
SINTEAL/AL - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas
SINTEAM/AM - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas
SINSEPEAP/AP - Sindicato dos Servidores Públicos em Educação do Amapá
APLB/BA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
ASPROLF/BA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Lauro de Freitas
SIMMP/BA - Sindicato do Magistério Municipal Público de Vitória da Conquista
SISE/BA - Sindicato dos Servidores em Educação no Município de Campo Formoso
SISPEC/BA - Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Camaçari
APEOC/CE - Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará
SINDIUTE/CE - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará
SAE/DF - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar no Distrito Federal
SINPRO/DF - Sindicato dos Professores no Distrito Federal
SINDIUPES/ES - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo
SINTEGO/GO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás
SINPROESEMMA/MA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão
SINTERPUM/MA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Timon/MA
Sind-UTE/MG - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
FETEMS/MS - Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul
SINTEP/MT - Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso
SINTEPP/PA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará
SINTEM/PB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa
SINTEP/PB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba
SIMPERE/PE - Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial de Recife
SINPC/PE - Sindicato dos Professores do Município do Cabo de Santo Agostinho
SINPMOL/PE - Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Olinda
SINPROJA/PE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município do Jaboatão dos Guararapes
SINTEPE/PE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco
SINPROSUL/PI - Sindicato dos Professores Municipais do Extremo Sul do Piauí
SINTE/PI - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí
APP/PR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
SISMMAC/PR - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
SISMMAR/PR - Sindicato Dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária
SINTE/RN - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública do Rio Grande do Norte
SINTERO/RO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
SINTER/RR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima
APMI/RS - Sindicato dos Professores da Rede Pública de Ijuí
CPERS/RS - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação
SINPROCAN/RS - Sindicato dos Professores Municipais de Canoas
SINPROSM/RS - Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria
SINTERG/RS - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande
SINTE/SC - Sind. dos Trab. em Educação da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina
SINDIPEMA/SE - Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracaju
SINTESE/SE - Sind. dos Trab. em Educação Básica da Rede Oficial de Sergipe
AFUSE/SP - Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação
APEOESP/SP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
SINPEEM/SP - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo
SINTET/TO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins

SUMÁRIO

Apresentação 7

Introdução 9

CAPÍTULO 1

Política na prática do coletivo 14

A) Alguns conceitos fundamentais 16

B) Os clássicos da Ciência Política 19

CAPÍTULO 2

O Estado Capitalista 40

CAPÍTULO 3

Principais Projetos Políticos e Sociais 68

CAPÍTULO 4

Em questão a problemática da democracia 88

Mensagem final da CNTE 96

Indicações de Filmes 97

Referências 99

Boletim

CNTEinforma



Luta pelo Piso, Carreira, Profuncionário
valorização profissional são temas-chave
do informativo. Acesse o site

www.cnte.org.br,

faça o cadastro e receba semanalmente
o Boletim em seu endereço eletrônico.

RECEBA O BOLETIM

Nome

E-mail

☒ Receber em HTML?

Comunicação

CNTE Informa

CNTE Notícias

Notícias

Artigos

Releases



APRESENTAÇÃO

Após um período de discussão, de forma participativa, como é a nossa tradição na CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), temos o prazer de apresentar, não apenas aos trabalhadores e trabalhadoras em educação, mas ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, o nosso Programa de Formação para a gestão 2011/2014.

A principal peculiaridade deste Programa é ser, todo ele, **concebido e estruturado pelos trabalhadores e trabalhadoras em educação**, a partir da concepção de uma Educação Integral e de uma proposta político-metodológica pautada pela compreensão de sujeito e de realidade como totalidades históricas, de trabalho como princípio

educativo e de construção coletiva do conhecimento.

Para nós, esses aspectos são relevantes na implementação do Programa, que não se restringe apenas ao objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre os conteúdos políticos, sociais e históricos da luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

O principal é possibilitar que os trabalhadores e trabalhadoras em educação tenham uma visão crítica da realidade concreta, das relações sociais e do mundo em que estão inseridos.

Que se percebam como sujeitos da história.

Sujeitos capazes de analisar a realidade, elaborar propostas para a sua transformação e agir, coletivamente, com consistência no dia-a-dia educacional e sindical.

O Programa de Formação da CNTE possui quatro grandes eixos:

- 1. Concepção Política Sindical**
- 2. Formação de Dirigentes Sindicais**
- 3. Planejamento e Administração Sindical**
- 4. Temas Transversais**

O primeiro eixo é composto pelos seguintes fascículos:

1. Introdução à Sociologia
2. **Teoria Política**
3. Economia Política
4. Movimento Sindical e Popular no mundo
5. Movimento Sindical dos trabalhadores e trabalhadoras em educação no Brasil

A publicação dos fascículos só foi possível em parceria com o SINTEP/MT, que disponibilizou, para a CNTE, os textos elaborados para o Programa de Formação. Para o Programa Nacional, os textos foram revisados e atualizados, e contou com o importante apoio logístico do Sindicato dos Educadores da Suécia (Lärarförbundet), no período de 2007 a 2009. E aqui registramos o agradecimento em nome

dos(as) trabalhadores(as) da educação básica pública do Brasil.

Agora, com o Programa assumido pela CNTE, já foram elaborados mais 9 fascículos a serem colocados à disposição do conjunto das entidades filiadas à Confederação, num esforço de proporcionar a Formação Político-Sindical dos trabalhadores e trabalhadoras em educação pública no Brasil.

É com grande satisfação que apresentamos este fascículo de Teoria Política.

Este material, como todos os outros, servirá de apoio aos participantes nas atividades desenvolvidas pela Formação Sindical.

Os temas abordados, neste fascículo e nos de-

mais, proporcionarão, a todos e todas, fundamentações teóricas e metodológicas, ferramentas fundamentais para o enfrentamento qualificado no movimento sindical e popular.

Desejamos que os debates, as leituras e os estudos em grupo proporcionem transformações no nosso cotidiano, bem como a construção de um sindicalismo classista e de luta, na perspectiva de uma sociedade mais justa e igualitária

Sucesso para todos nós

A Direção da CNTE

INTRODUÇÃO

O Analfabeto Político

“O pior analfabeto é o analfabeto político.

*Ele não ouve, não fala nem participa
dos acontecimentos políticos.*

*Ele não sabe que o custo de vida,
o preço do feijão, do peixe, da farinha,
do aluguel, do sapato e do remédio
dependem das decisões políticas.*

*O analfabeto político é tão burro
que se orgulha e estufa o peito
dizendo que odeia a política.*

*Não sabe o imbecil,
que da sua ignorância política
nasce a prostituta, o menor abandonado,
o assaltante e o pior de todos os bandidos,
que é o político vigarista, pilantra,
o corrupto e o lacaio das empresas
nacionais e multinacionais.” Bertolt Brecht*

Neste poema belíssimo, Bertolt Brecht, afirmava que:

Não há pior analfabeto do que o *analfabeto político*. Segundo Brecht, sua ignorância não decorre da incompreensão dos símbolos gráficos que,

articulados, formam palavras, mas, da sua ignorância quanto à compreensão de que a totalidade das relações que vivencia, em sociedade, são políticas.



**“Do preço do pão
ao acesso às atividades
de entretenimento,
das relações
de vizinhança
às relações afetivas...
todas são marcadas
pela política.”**

Bertolt Brecht



Por consequência, segundo Brecht, ignorar a política é ignorar, na essência, a compreensão da totalidade das relações que todo ser humano sociabilizado vi-

vencia, nas suas mais abrangentes expressões sociais, sejam elas profissionais, afetivas, econômicas, religiosas, familiares etc.

Mas o que é política?

O termo política tem, no mínimo, duas grandes vertentes interpretativas, das quais decorrem definições mais precisas, de acordo com o autor em questão:



A PRIMEIRA, que deve sua expansão principalmente à obra, intitulada “Política” de Aristóteles, **concebe a política como toda prática social que envolve a vida na pólis** (cidade-estado grega). Ou seja, refere-se ao público, ao civil, ao sociável.



A SEGUNDA vertente, mais familiar ao cidadão comum, **refere-se aos estudos e práticas mais diretamente relativas ao Estado.**

Obviamente, a interpretação brechtiana insere-se dentro da primeira vertente, que, assim como Aristóteles, entende que o

*“o homem é,
por natureza,
um animal político”*

e que, portanto, a política não está restrita às questões do Estado.

É muito mais abrangente que o mesmo. Na verdade, só podemos entendê-la, se compreendermos as relações sociais na sua totalidade, das quais resulta um tipo particular de Estado.

É, pois, a partir deste instigante ponto de partida, no qual a *política* é compreendida como uma prática social múltipla e cotidiana, que se insere na realidade de todo e qualquer homem sociabilizado, que vamos trabalhar este Caderno de Teoria Política.

NO PRIMEIRO CAPÍTULO, vamos discutir alguns **conceitos imprescindíveis para a compreensão e fundamentação da prática política**, assim como a

NO SEGUNDO CAPÍTULO, vamos tratar, em particular, da **contribuição de autores como Karl Marx, Antônio Gramsci e Claus Offe**, os quais são inquestionáveis, e absolutamente fundamentais, para que

NO TERCEIRO CAPÍTULO abordaremos **os principais projetos de sociedade que marcaram (e marcam), na era da modernidade, a história da humanidade:** Liberalismo Clássico, Socialismo, Social-

NO QUARTO CAPÍTULO, iremos tratar da **problemática da democracia**. Sua crucial importância traduz-se, não apenas pela sua presença constante no discurso cotidiano, senão pela necessidade da sua compreensão, como instrumento prático da realização política.

NO QUINTO E ÚLTIMO CAPÍTULO, iremos discutir a **questão do Estado hoje, frente ao processo de Globalização**. Ou seja, o que é globalização e no que ela difere do processo de internacionalização do capital? Até que ponto a globalização é um novo fenômeno e, até que ponto ela é um recurso de paralisação das

apresentação de alguns autores clássicos, que muito contribuem para o entendimento da nossa contemporaneidade.

possamos compreender o Estado capitalista, assim como os desdobramentos das transformações sociais, políticas e econômicas que se refletem no Estado, em especial, no caso brasileiro.

Democracia, Neoliberalismo, 3ª Via e uma rápida análise sobre a experiência do Socialismo realmente existente, principalmente no Leste Europeu.

Embora sujeita aos limites estabelecidos pelos projetos de sociedade que aqueles que estão no poder do Estado implementam, podem ser alargados pelos sujeitos sociais coletivos, desde que conscientes do seu próprio poder.

ações políticas? Qual o papel do Estado-nação dentro das mudanças decretadas pela globalização? Esta e outras questões serão abordadas neste capítulo, embora, é óbvio, não tenha ele a pretensão de esgotar ou concluir sobre tais questionamentos, mas, no mínimo, instigar uma reflexão da nossa parte.

Como bem disse Paulo Nogueira Batista Jr, no prefácio da edição brasileira do livro “Globalização em Questão”:
**“A ‘globalização’ virou pau para toda obra.
 É desculpa para tudo e desfruta,
 além disso, da imortal popularidade
 de explicações que economizam esforço de reflexão.**

Cadernos de Educação

A série Cadernos de Educação é um tradicional instrumento da CNTE, que produz opinião e consolida as intervenções da entidade em diversos espaços sociais.

A publicação está presente na comunidade educacional há mais de 15 anos e, nesta gestão, contou com a coordenação dos membros da Secretaria de Assuntos Educacionais da CNTE e da Coordenação da Escola de Formação da CNTE (Esforce).

Disponível no site da CNTE



www.cnte.org.br



Cadernos de Educação
Ano XIV - no 21 - 2a edição - novembro/2009
Diretrizes para a Carreira e Remuneração



Cadernos de Educação
Ano XV - no 22 - janeiro a junho de 2010
Saúde dos(as) Trabalhadores em Educação



Cadernos de Educação
Ano XVI - no 23 - julho a dezembro de 2010
V Encontro Nacional do Coletivo Antirracismo "Dalvani Lellis"



Cadernos de Educação
Ano XVI - no 24 - janeiro a junho de 2011
PNE: a Visão dos(as) Trabalhadores(as) em Educação



Cadernos de Educação
Ano XVII - no 25 - julho a dezembro de 2013
Direito à Aposentadoria



Cadernos de Educação
Ano XVIII - no 26 - janeiro a junho de 2014
Políticas Educacionais em Debate

Capítulo 1

Política na prática do coletivo

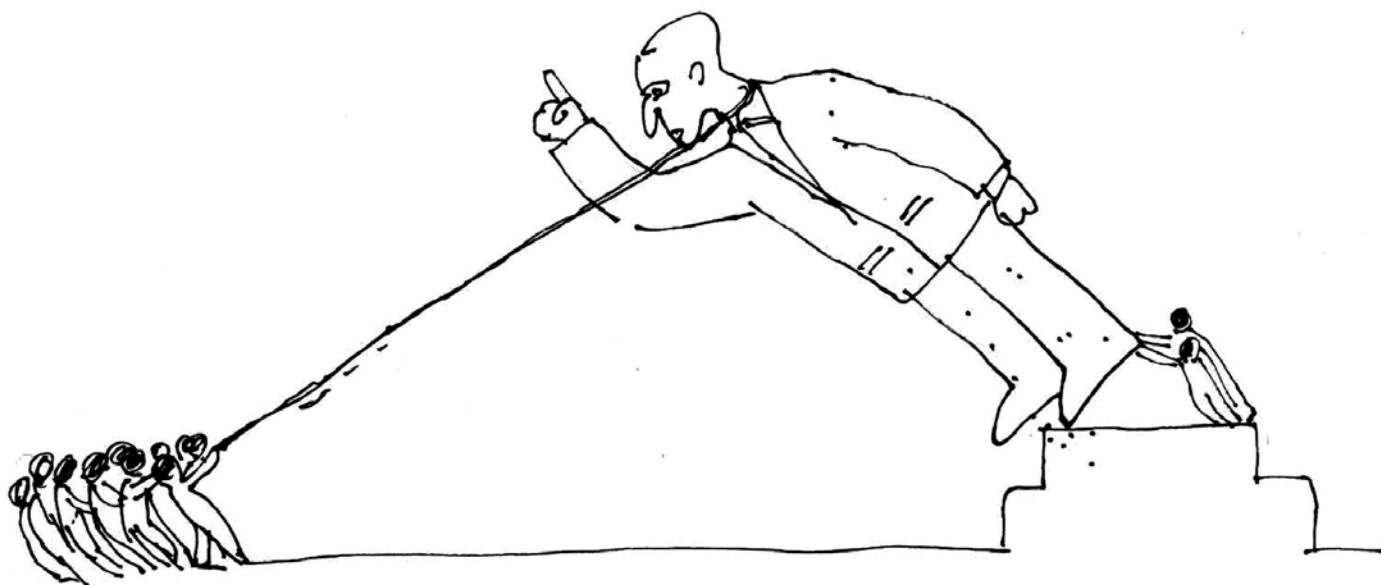
Por que o sindicato precisa planejar sua ação

A Ciência Política tem sua particularidade no eixo de análise que reflete, em especial, as relações de poder. Diferentemente de estudos sobre a Teoria Geral do Estado, por exemplo, que se preocupa mais

com as questões normativas do Estado, a Ciência Política detém-se, particularmente, nas relações de poder que envolvem o Estado, mas que o superam.

Ou seja:

A Ciência Política aborda a questão do Estado a partir da estreita relação deste com os homens sociabilizados



Mais claramente: somente podemos entender determinado Estado, se entendermos a sociedade em questão.

A) Alguns conceitos fundamentais

Começemos, antes de apresentarmos os autores clássicos que julgamos fundamentais, com dois conceitos imprescindíveis para esta discussão: **Poder** e **Estado**.

Diz Norberto Bobbio:

“o poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza. Esta relação de poder é expressa de mil maneiras, onde se reconhece fórmulas típicas da linguagem política: como relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência etc”.

Como bem destaca Bobbio, a questão de fundo, que envolve a existência do **poder político**, é o questionamento sobre através de quais meios um homem faz valer seu poder sobre outro. Bobbio identifica

que, segundo a tipologia moderna, são três os meios através dos quais o sujeito ativo da relação faz valer seus interesses, determinando o comportamento do sujeito passivo.

poder é sempre uma relação

Meios para impor seus interesses:

- poder econômico
- poder ideológico
- poder político.

O PRIMEIRO MEIO, O ECONÔMICO, permite toda uma constelação de poderes que o coloca em uma situação economicamente favorável para fazer valer seus interesses, subjugando o outro. **Este poder é mais claramente visualizado pela relação que se estabelece entre patrões e empregados, onde os primeiros, pela propriedade privada dos meios de produ-**

ção, impõem as condições de trabalho e de salário dos segundos.

Obviamente, esta situação claramente opressora, que perpassa as relações baseadas no poder econômico, suscita reações mais ou menos consistentes por parte daqueles que se encontram em uma situação de submissão.

O SEGUNDO MEIO, O IDEOLÓGICO, é mais sutil e por isso mais eficiente, porque se estrutura sobre a persuasão do outro, condicionando sua passividade

O TERCEIRO MEIO, O POLÍTICO, repousa no poder coercitivo, das armas e das leis. Trata-se, portanto, do poder supremo em uma sociedade organizada, sobre os quais os outros dois atuam de forma articulada, permitindo que o poder da força somente entre em ação quando os dois primeiros meios se tornam insuficientes para garantir a estabilidade social, política e econômica daqueles que se beneficiam desta relação de poder.

através do processo de convencimento, **onde os interesses do opressor são apresentados como interesses de todos, inclusive do próprio oprimido.**

O que caracteriza o poder político é o uso exclusivo da força, este poder somente se caracteriza, como tal, quando se aplica, nas palavras de Bobbio:

“à totalidade dos grupos que atuam num determinado contexto social, exclusividade que é resultado de um processo que se desenvolve em toda sociedade organizada, no sentido de monopolização da posse e uso dos meios com que se pode exercer a coação física”.

Notadamente:

o poder político refere-se ao Estado

Como afirma com muita propriedade Bobbio:

Conseqüência direta da monopolização da força no âmbito de um determinado território e relativas a um determinado grupo social, assim hão de ser consideradas algumas características comumente atribuídas ao poder político e que o diferenciam de toda e qualquer outra forma de poder: a exclusividade, a universalidade e a inclusividade. Por **exclusividade**, se entende a tendência revelada pelos detentores do poder político de não permitirem, no âmbito de seu domínio, a formação de grupos armados, independentes e ao debelarem ou dispersarem os que porventura se vierem formando, assim como ao iludirem (sic) as infiltrações, as ingerências ou as agressões de grupos políticos do exterior(...). Por **universalidade**, se entende a capacidade que têm os detentores do poder político, e eles sós, de tomar decisões legítimas e verdadeiramente eficazes para toda a coletividade, no concernente à distribuição e destinação dos recursos (não apenas econômicos). Por **inclusividade** se entende a possibilidade de intervir, de modo imperativo, em todas as esferas possíveis da atividade dos membros do grupo e de encaminhar tal atividade ao fim desejado ou de desviá-la de um fim não desejado, por meio de instrumentos de ordenamento jurídico, isto é, de um conjunto de normas primárias destinadas aos membros do grupo e de normas secundárias destinadas aos funcionários especializados, com autoridade para intervir em caso de violação daquela”.

Podemos, a partir da contribuição de Bobbio, avançarmos para a compreensão do Estado enquanto uma organização política, administrativa e estratégica, que reflete um determinado território e uma determinada cultura. E que é, essencialmente, um espaço privi-

legiado de poder político soberano. Pois dele resultam as decisões que afetam a vida de todos, nos seus mais variados aspectos, como bem afirmava Brecht. Porém, é preciso não esquecer que **poder**, como já foi dito e grifado, anteriormente, **é uma relação**.

Ninguém detém o poder do Estado independente da sociedade

Ao contrário, aquele que governa o Estado tem de administrá-lo atento aos movimentos da sociedade, pois o governante desatento às forças das manifesta-

ções sociais, não consegue manter-se no poder. Sobre isto, já alertava o magistral Maquiavel em 1513, no seu clássico livro *O Príncipe*.

LEGITIMIDADE: conceito chave na Ciência Política

Desenvolvido, em particular, por Max Weber, o conceito de legitimidade, normalmente, é associado ao conceito de legalidade, porém, é preciso discerni-los.

Há, no conceito de legitimidade, a particularidade de:

***reconhecimento de justeza
por parte de quem recebe a ordem ou dominação.***

Por isso, muitas relações, embora assentadas sobre o estatuto da legalidade não têm legitimidade, e outras, destituídas do aspecto legal, são legítimas.

Daí, a importância deste conceito na análise das relações políticas. Não é por acaso que todo governante está sempre atento aos seus índices de popularidade,

pois estes são o termômetro da sua legitimidade social, mesmo que do ponto de vista legal sua dominação não esteja ameaçada. Por isso o alerta de Maquiavel.

B) Os clássicos da Ciência Política

Iniciaremos - por uma questão de recurso metodológico - pelos autores contratualistas e, por último, Maquiavel. Embora este, por ordem cronológica, deva ser abordado em primeiro lugar. A razão desta inversão deve-se ao fato de que os primeiros preocuparam-se em explicar a origem do Estado e qual o melhor

tipo de Estado para atender às exigências da natureza humana. Enquanto Maquiavel preocupou-se em refletir sobre as melhores condições (a partir das experiências históricas) para que os governantes não apenas conquistem o poder do Estado, mas, principalmente (o que é infinitamente mais difícil), possam conservá-lo.

Maquiavel e os contratualistas

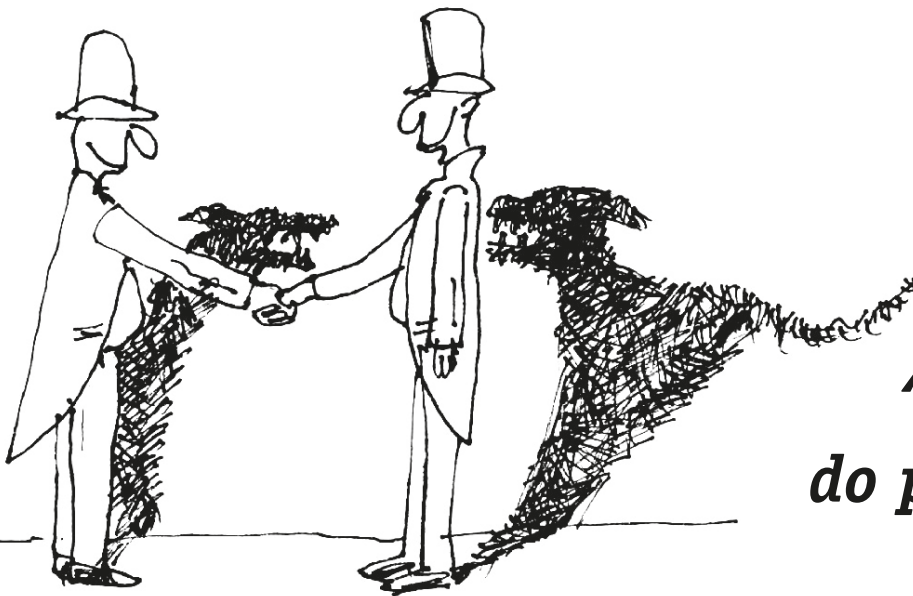


A similitude entre autores como **Hobbes**, **Locke** e **Rousseau** reside na forma particular de explicar a necessidade do Estado, o qual, segundo estes autores, tem origem a partir de um Pacto (ou seja, Contrato) realizado através da associação voluntária entre os homens, para romper com o estado de natureza (no caso de Hobbes e Locke) ou com um Estado organizado sobre o acúmulo de propriedades nas mãos de poucos (no caso de Rousseau). Porém, mais do que explicar a existência do Estado, a partir de um contrato entre os homens, estes autores têm em comum o fato de defenderem um tipo de Estado em particular, a partir de uma particular concepção de humanidade.

Embora suas concepções diverjam quanto à natureza humana e quanto ao Estado que advém do contrato entre os homens, estes autores são igualmente brilhantes na argüição que sustenta a lógica interna de suas idéias sobre o Estado.

Thomas Hobbes (1588-1679)

Thomas Hobbes, adversário ferrenho das idéias liberais, partia do pressuposto de que os homens são naturalmente maus, ambiciosos e egoístas. Ou seja, antes do Estado, os homens viviam plenamente a sua natureza, livres de qualquer poder comum capaz de organizá-los ou podá-los.



Por terem uma natureza má e egoísta, viviam os homens, no estado de natureza, em estado de guerra permanente.

Como afirmava Hobbes:

“O homem é lobo do próprio homem”.

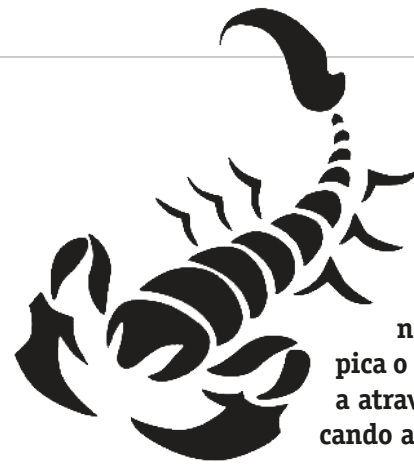
Neste estado de natureza, reinava a discórdia permanente, onde os homens, por reconhecerem em si a maldade, o egoísmo e a ambição que naturalmente conforma a humanidade, vi-

viam desconfiados (uns em relação aos outros); competindo entre si e em busca de glória para si. Conseqüentemente, a vida dos homens estava permanentemente ameaçada.

Daí a razão, segundo Hobbes, para a necessidade da criação do Estado, cuja finalidade vai ser garantir a preservação da vida.

Para romper com o estado de natureza, que segundo Hobbes, era um estado de guerra permanente, **os homens precisaram fazer um Pacto de União**, onde todos, unanimemente, concordariam em **renunciar** aos direitos e liberdades que gozavam no estado de natureza, passando-os para um terceiro, não contratante, que seria o Estado.

Obviamente, os homens conservavam um único direito, razão inclusive da existência do Estado: o direito à vida



Na fábula, o **escorpião**, agindo de acordo com sua natureza violenta, **pica o sapo** que o ajudava a atravessar o rio, provocando a morte dos dois.

Em razão da natureza má dos homens, **Hobbes defendia um Estado Absoluto, Irrevogável e Indivisível**. Assim, o Estado que se origina do Pacto é um Estado Autoritário. Porém, para o que aqui nos interessa, é importante destacar que este Estado Absoluto (ou seja, sem limites, inquestionável) somente é possível porque, ao realizarem o pacto, os homens abriram mão de seus direitos, tornando-se súditos do soberano.

Para Hobbes o poder do Estado:

➡ **deveria ser indivisível** (executivo, legislativo e judiciário), concentrado nas mãos de um único soberano, pois caso contrário, os homens voltariam a brigar entre si, voltando assim ao estado de natureza, que é um estado de guerra permanente.

➡ **era irrevogável**, não poderia ser anulado por duas razões entrelaçadas:

de fato e de direito

SERIA IMPOSSÍVEL ANULAR DE FATO, porque exigiria a participação de todos novamente, porém os homens, quando fizeram o pacto, estavam em situação de igualdade (todos igualmente com a vida ameaçada), por isso, foi possível um contrato com a participação de **todos**.

Com o surgimento do Estado, estabeleceu-se a desigualdade entre os homens, pois alguns homens já se beneficiavam do Estado, e assim jamais iriam abrir mão de seus benefícios em nome da maioria, pois que a natureza dos homens é má, egoísta e ambiciosa.

SERIA IMPOSSÍVEL ANULAR DE DIREITO, porque os homens, quando fizeram o pacto, renunciaram aos seus direitos e liberdades, cedendo-os a um terceiro, o Estado.

Ora, se alguém abre mão de algum direito, não detém mais direito algum sobre o que renunciou.

Desta forma, conclui Hobbes, os homens não podem voltar atrás, pois não detém mais direitos sobre os direitos que **renunciaram**.

Consequência deste pacto que dá origem ao *Estado Leviatã* hobbesiano é que os homens transformaram-se em súditos.

O que *conditio sine qua non* (“condição sem a qual não”) para a existência de um Estado Absoluto. Ou seja, para que exista o poder absoluto é preciso que os ho-

mens tenham sido expropriados dos seus direitos. É diretamente proporcional a relação de poder absoluto, de um lado e, de outro, a destituição de qualquer direito.



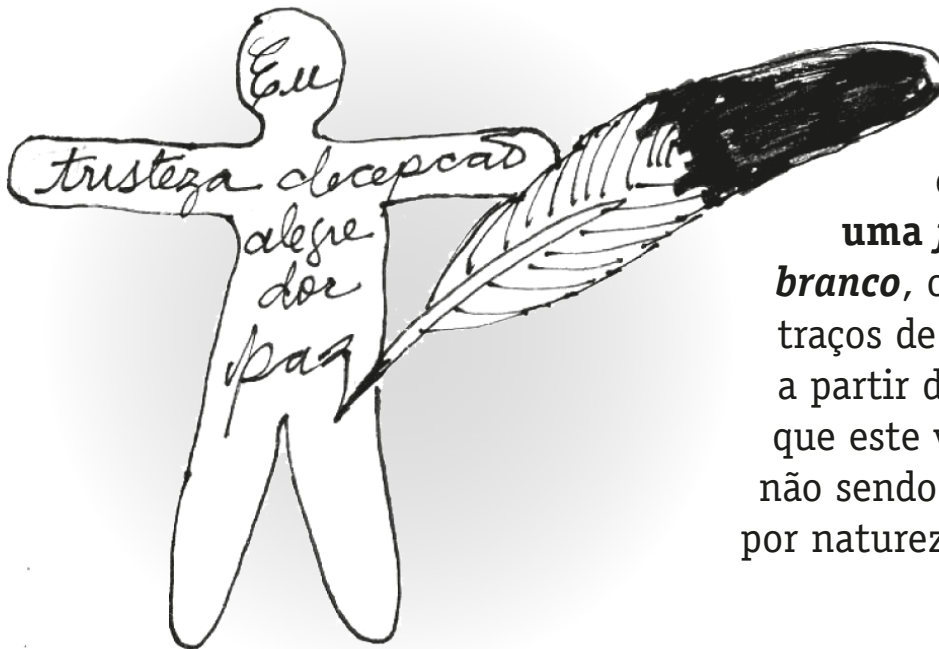
Hobbes, valendo-se da força da figura de um monstro, *Leviatã*, defendia que o Estado, esta construção voluntária dos homens, deveria ter força e poderes muito superiores aos homens comuns, pois somente assim poderia dar conta de dominar e disciplinar a natureza má dos homens.

John Locke (1632-1704)

Representante qualificado da burguesia emergente, que pleiteava a conquista do poder do Estado, John Locke foi um defensor apaixonado das idéias liberais

Não é por acaso que John Locke é considerado o pai do liberalismo, e menos ainda que os neoliberais bebam, despudoradamente, da sua fonte, mesmo que sob o discurso da modernidade enquanto sinônimo do novo.

Locke partia de uma concepção de humanidade completamente diferente de Hobbes. Segundo Locke o que caracteriza os homens é a sua capacidade racional. Ou seja, todos os homens nascem dotados de inteligência.



De acordo com Locke, o homem nasce como **uma folha de papel em branco**, onde vão ser inscritos os traços de sua personalidade a partir das experiências concretas que este vivencia em sociedade, não sendo, portanto, bom ou mau por natureza, mas sim inteligente.

E é a partir desta concepção de homem que, Locke vai defender suas idéias liberais, válidas até os dias de hoje e por isso tão familiares a nós. Afirmava Locke

que **todos** os homens nascem dotados de inteligência e que o fato de ser racional leva o homem a transformar a natureza através do trabalho.

Segundo Locke:

Os homens naturalmente expressam a sua inteligência através do trabalho, e este se materializa em propriedade.

Quer dizer: quanto mais o homem usa seu potencial de inteligência através do trabalho, mais proprietário ele é. Ou seja, o homem já é proprietário no estado de natureza.

**Faz-se presente então a pergunta:
Se tudo era assim tão perfeito,
por que os homens iriam precisar
criar o Estado**



Porque, segundo Locke, nem todos os homens utilizavam a sua inteligência para, através do trabalho, adquirir propriedades.

Alguns tentavam apropriar-se da propriedade alheia, colocando-a sob ameaça. Daí a necessidade de criar o Estado, cuja finalidade central vai ser garantir a propriedade.

Porém, Locke preocupou-se em estabelecer que a finalidade do Estado deveria ser, além de garantir a propriedade, garantir também a liberdade dos cidadãos. Tal preocupação não se deve apenas à oposição intransigente de Locke quanto ao poder do Estado (próximo ao Leviatã hobbesiano que existia neste período histórico), mas também em garantir as liberdades fundamentais dos homens, principalmente, no que concerne à livre-iniciativa dos empreendedores.

**Ou seja, o Estado é um mal necessário,
que deve restringir-se ao necessário,
sem intervir nas relações que já funcionavam bem
antes do próprio Estado, qual seja, a tríade:
Razão - Trabalho - Propriedade**

Daí a máxima dos liberais: “Menos Estado e mais mercado”

Então, para superar este estado de ameaça à propriedade, todos os homens fizeram um Pacto Social, onde acordaram no *consentimento* de transformar os direitos e liberdades naturais em direitos e liberdades civis. Ou seja, deixaria o homem de

ter os direitos e liberdades irrestritas que gozava no estado de natureza para, agora, tê-los limitados pelos direitos do outro cidadão, em sociedade. É a máxima que afirma: “O teu direito vai até onde começa o meu.”

Há que alertar aqui para a consequência deste pacto lockeano:

**os homens transformam-se
em cidadãos
e não em súditos,
como no pacto hobbeasiano**



Diferentemente do Estado hobbesiano, onde os homens deveriam servi-lo, o Estado que advém do pacto social defendido por Locke é um Estado a serviço dos cidadãos.

A razão desta inversão nos leva, novamente, à concepção de natureza humana dos autores. Enquanto

para Hobbes, devido à natureza má, egoísta e ambiciosa dos homens, o único Estado possível, capaz de dominá-los e discipliná-los era um poder absoluto e indivisível; para Locke, o fato dos homens serem inteligentes os levou a criarem um Estado a seu serviço, limitado pelos interesses dos homens.

Segundo Locke, homens inteligentes jamais abririam mão de direitos e liberdades para se transformarem em súditos. Isto depõe contra a própria inteligência humana.

O Estado defendido por Locke
é, portanto, um Estado

divisível, revogável e democrático

Divisível porque o poder do Estado (executivo, legislativo e judiciário) deve estar em mãos diferentes, pois do contrário seria um poder tirânico, despótico.

Revogável porque o Estado deve estar a serviço dos cidadãos e, portanto, aquele que estiver no governo do Estado deve dirigi-lo, atendendo os interesses dos cidadãos.

Se abusar do poder é legítimo aos cidadãos tirá-lo do mesmo.

Democrático porque o Estado devia representar o interesse dos cidadãos, estando ao seu serviço, além do fato de Locke reconhecer **o princípio da maioria**.

Veja aqui, como Locke era avançado para a sua época, pois até hoje lidamos muito mal com este mecanismo democrático. Basta lembrar do período do impeachment (1992) do Presidente Fernando Collor, quando vários articulistas políticos, cientistas, políticos e governantes manifestaram-se pelo risco que tal recurso representava para a estabilidade das instituições políticas.

Resta-nos alertar para alguns aspectos importantes da obra de Locke, devido à sua incontestável atualidade. A tríade que fundamenta o pensamento de Locke (razão - tra-

balho - propriedade) é imprescindível para a solidez ideológica do pensamento liberal que conforma nossa sociedade, pois que se assenta sobre a seguinte compreensão:

Base do pensamento liberal que conforma nossa sociedade:

1º

a propriedade é um direito natural; pois esta tríade (razão - trabalho - propriedade) é realizada no estado de natureza, ou seja, condição em que vivem os homens antes do Estado

2º

O indivíduo é responsável exclusivo pelo seu êxito ou fracasso social, pois se todos são dotados de inteligência (e, portanto, de capacidade de trabalho, que é o meio de adquirir legitimamente propriedade), aqueles que têm mais propriedades é porque usaram mais e melhor do seu potencial de inteligência, através do

trabalho. Os que não têm propriedades é porque não utilizaram sua inteligência e, portanto, trabalharam menos.

Mas, mais importante ainda, é que estas idéias fundadas sobre a responsabilidade individual e o direito natural à propriedade permitem aos liberais legitimarem as relações de trabalho que perfazem a sociedade capitalista.

Ou seja, na tríade desenvolvida por Locke, a relação:

+ inteligente

+ trabalhador

+ proprietário

traz implicitamente:

A propriedade do produto do trabalho pelo trabalhador.

Diferentemente, a sociedade capitalista funda suas relações de trabalho sobre:

“a apropriação privada do trabalho social”

Quer dizer, o trabalhador que vende a sua força de trabalho não é proprietário do produto do seu trabalho; há uma ruptura com relação ao fundamento de Locke, pois na realidade das relações de trabalho da sociedade capitalista, o fato do trabalhador ser exigido mais no seu esforço intelectual e/ou físico, não significa que ele aumente o número de propriedades, embora tenha produzido mais mercadorias. Estas não são de sua propriedade, mas do patrão que o empregou e que lhe paga um determinado (normalmente irrisório) salário.

Hoje...

Há que atentar para toda a discussão sobre a flexibilização das leis trabalhistas, onde direitos trabalhistas, produtos de lutas históricas dos trabalhadores estão sendo comprometidos. Vide aí, por exemplo, o banco de horas, onde o trabalhador perde o direito à remuneração diferenciada da hora extra, dos feriados e dos finais de semana.

Antes de encerrarmos a apresentação sintética sobre o pensamento de John Locke, importa registrar que em Locke, o trabalho é o único meio legítimo de

adquirir propriedade. Tanto é assim que esta é a razão fundamental para a criação do Estado, conforme já vimos acima, mas também porque:

Em Locke, a propriedade, por ser resultado da fadiga física e/ou intelectual, é considerada uma extensão do corpo do proprietário.

E é partir desta compreensão que Locke vai defender que aquele que ameaça a propriedade está amea-

çando a vida do proprietário e, neste sentido a reação do agredido caracteriza-se por legítima defesa.

Sendo legítimo matar o agressor, mesmo que este tente apropriar-se de um casaco ou de um cavalo.

A forma material da propriedade não interessa. O que importa é que qualquer que seja o bem material em questão, este é uma extensão do corpo do proprietário como tal qualquer agressão à propriedade é uma agressão ao próprio corpo do proprietário.



É importante a discussão sobre a própria Constituição dos Estados liberais, como no caso brasileiro, onde o direito é fundado sobre o direito dos proprietários. **Pertinente, neste caso, a discussão sobre a ação do Movimento dos Sem-Terra (MST), para quem a terra é, antes de tudo um direito social, o que torna legítima a ação de ocupação, resistência e produção.** Tal compreensão, obviamente, fere de morte o pensamento liberal, para quem a propriedade é resultado do esforço físico e intelectual do proprietário e, portanto, aquele que não tem terra é porque não esforçou-se o suficiente. **A conclusão, para os liberais, é que é legíti-**

mo matar aquele que invade sua propriedade. Daí a formação dos grupos de jagunços para defenderem, ao custo da vida, a propriedade dos seus mandantes. Chamo atenção aqui para a diferença fundamental entre o termo *ocupar*, usado pelo MST e por seus defensores, que reflete a preocupação de atuar segundo as brechas do direito positivo, onde a expressão *ocupar* traduz a compreensão de que somente se ocupa o que está vazio. Ao contrário, os proprietários e seus defensores valem-se do termo *invadir*, pois se invade o que está ocupado. Mas, obviamente que a discussão não é meramente semântica, mas política.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)

Passemos agora ao pensador político mais radicalmente democrata e, segundo alguns estudiosos, um socialista utópico.

Jean-Jacques Rousseau foi um pensador profundamente preocupado com a desigualdade social. Vivía-a, diretamente. Uma das suas principais

obras (*O Contrato Social*) reflete justamente sobre os meios através dos quais os homens poderiam caminhar para uma sociedade igualitária e livre.

Rousseau concebia os homens como naturalmente bons e generosos

Esta natureza boa e generosa foi corrompida pelo acúmulo de propriedades nas mãos de poucos, fundando uma sociedade baseada na lógica dos proprietários, onde os homens valem pelo que têm e não pelo que são

Sociedade esta que reproduz um conjunto de normas e convenções sociais pautadas pela propriedade e, por decorrência, pela desigualdade social entre os homens. Afirmava Rousseau que o problema crucial dos homens começou quando, ainda no estado de natureza, o primeiro homem fez uma cerqui-nha e afirmou que aquela área era sua, e encontrou ao seu redor, homens suficientemente ingênuos para aceitar tal afirmação.

Assim, diagnosticando os problemas e a origem

da desigualdade social nas sociedades civilizadas, **Rousseau propõe a ruptura** com a sociedade fundada sobre o acúmulo de propriedades nas mãos de poucos, **através de um *Contrato Social*, onde todos os homens fariam a alienação total**, isto é, todos alienariam (dariam) suas propriedades e direitos dela decorrentes para todos, ou seja, os homens associados, voluntariamente, procederiam à redistribuição das propriedades, permitindo a todos a propriedade necessária e suficiente para uma vida digna.

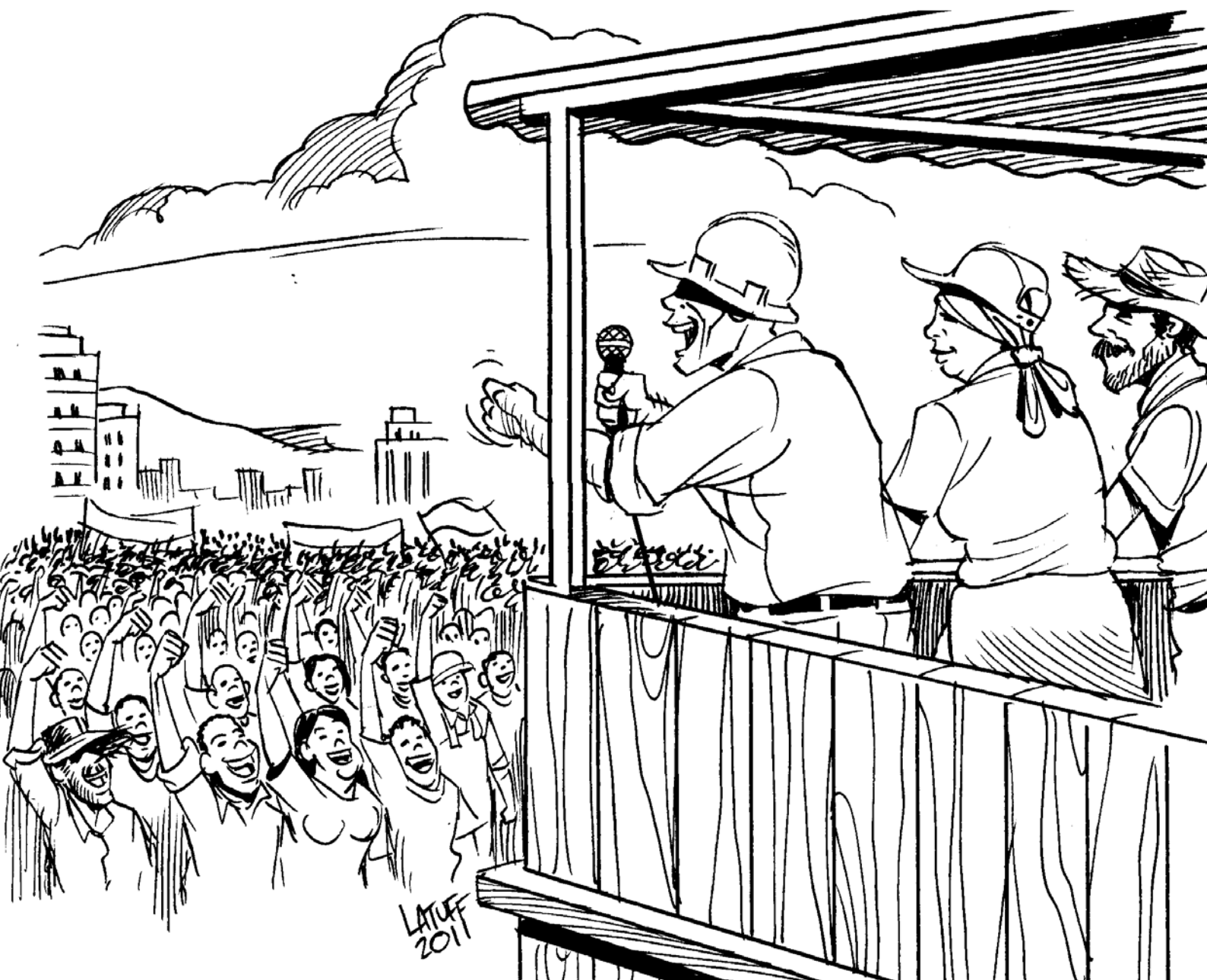
Certamente que a primeira pergunta que vem à nossa cabeça é:
Por que os homens proprietários fariam isso



Porque Rousseau acreditava que a natureza do homem é boa e generosa, e ser bom e generoso é sempre sê-lo em relação ao outro. Ninguém é bom e generoso em si. E ninguém é bom e generoso para si, pois então ele não é bom, ele é egoísta. Portanto, ser bom e generoso é um ato que exige o outro e que só se realiza na relação com o outro.

Entendia Rousseau, que a natureza boa do homem estava subjugada pelos valores sociais construídos sobre a desigualdade social. Porém, como é natureza humana, bastava romper com os grilhões sociais que a aprisionavam para que os homens pudessem, novamente, resgatar a plenitude da sua essência boa e generosa.

**Somente a partir deste contrato,
um novo Estado, governado onde todos os homens
alienam tudo, é que pode surgir pela Vontade Geral**



E o que é esta Vontade Geral?

Vontade Geral é a vontade de todos e representa o interesse comum a todos

Destacava Rousseau, porém, que a Vontade Geral não é a soma das vontades individuais, ela reflete o interesse comum que é muito mais amplo e superior à mera soma das vontades particulares. Ou seja: as vontades individuais, o interesse particular é de natureza diferente daquela que resulta da Vontade Geral, do interesse comum, pois:

O homem (cuja natureza é boa e generosa), no espaço da discussão pública, no processo de integração e interação coletiva, amplia seus horizontes, percebe, em comunhão com os outros homens, o que é melhor para todos.

Deste Estado governado pela Vontade Geral, e cuja possibilidade efetiva exige a realização anterior da alienação total, pois que só há interesse comum, quando há igualdade social, que Rousseau defende uma democracia radical¹, ou seja, direta. E neste sentido, a Vontade Geral

tem por características, ser Inalienável, Indivisível e Absoluta. Quer dizer, embora haja identidade na nomenclatura entre o Estado hobbesiano e o Estado governado pela Vontade Geral rousseau-neano, certamente que o sentido é completamente oposto.

¹ O termo radical significa ir à raiz das coisas, e não marcar posição como muitas vezes associamos no discurso cotidiano. Aliás, normalmente, tendemos a qualificar o outro de radical, não por reconhecer-lhe o conhecimento radical, mas por considerá-lo intransigente, “chato”, fechado ao diálogo. Na verdade, a intransigência que caracteriza o radical é que ele, por conhecer a raiz das coisas que discute, não faz (e não poderia fazer) concessões, sem tornar-se incoerente.

Para Rousseau, a Vontade Geral é: **Inalienável, Indivisível e Absoluta**

Inalienável

pela mesma razão que todo cidadão é responsável direto pelos destinos do seu Estado e, portanto, pela felicidade de todos os seus concidadãos. Nenhum homem poderia alienar (dar ou vender) a sua vontade, pois se

o fizesse não só estaria deixando de ser cidadão, senão que estaria impedindo a realização da Vontade Geral, pois esta é o resultado da vontade de todos e reflete o interesse comum.

Indivisível

pois, onde existem as facções, a vontade da fração é geral em relação à fração, mas parcial em relação à

Vontade Geral. O que representa a impossibilidade da realização da Vontade Geral.

Absoluta

por que não tem limites, pois ninguém tem mais poder do que a vontade que resulta do interesse comum de todos os homens. E mais, porque: a

Vontade Geral é sempre certa, não no sentido de infalível, mas no sentido de que suas decisões são soberanas.

Tem-se assim que o Estado rousseaneano, que resulta do Contrato Social, é um Estado regido por uma democracia radical, direta, na qual os homens podem de-

legar o poder de representar a decisão da Vontade Geral, porém, jamais, a própria vontade. Neste sentido, todos os cidadãos têm uma participação ativa e comprometida.

Os representantes apenas representam as decisões tomadas por todos (através da Vontade Geral), jamais podendo tomar decisões em seu nome.

Por sua radical defesa da democracia direta, única forma de garantir-se a igualdade social entre os homens, onde ninguém tenha poderes superiores aos demais, Rousseau tem sido profundamente compreendido. Mas, em que pese contradições e flancos abertos, este pensador genebrino não tinha, na sua época

histórica, condições de responder que sua defesa de um Estado radicalmente democrático é uma fonte inesgotável de inspiração para os francamente democratas. Assim, embora à primeira vista pareça, à maioria dos leitores, que Rousseau é um pensador profundamente utópico, sem viabilidade, é importante registrar:

É sobre esta discussão de fundo (a natureza do homem) que os projetos políticos e sociais, que marcam a história da humanidade, fundam seus alicerces.

Se acreditarmos que o homem é naturalmente mau e egoísta, como pensava Hobbes, nenhuma sociedade igualitária e livre é possível, pois, os homens maus precisam, como bem afirmava Hobbes, de um poder comum leviatã.

Porém se, como Rousseau, acreditamos que os homens são naturalmente bons, podemos pensar em mecanismos capazes de resgatar esta natureza, comprometida pela sociedade organizada sobre o egoísmo, a maldade e a ambição e construir uma nova sociedade.

Toda a discussão sobre a viabilidade do socialismo, da social-democracia, do liberalismo, do neoliberalismo etc, envolve, no fundo, a questão da natureza do homem.

Nicolau Bernardo Maquiavel (1469-1527)

Por fim, encerrando este capítulo, falaremos rapidamente sobre a inquestionável contribuição de Maquiavel para a compreensão da política moderna.

Considerado o pai da Ciência Política,

Nicolau Maquiavel escreveu sua principal obra, O Príncipe (dedicado ao duque de Urbino, Lourenço de Médici), em um período histórico em que o poder temporal estava diretamente legitimado pelo poder espiritual, ou seja, pelo poder da Igreja.

Assim, quando escreve sobre o **poder político**, situando-o a partir das qualidades pessoais dos governantes, retirando da experiência prática dos governantes anteriores os melhores meios de conquistar e, principalmente, conservar o poder:

Maquiavel rompe com uma cultura política legitimada pelo poder espiritual da Igreja.

Esta ruptura ousada não é feita sem custos. Advém daí a expressão e a identificação de Maquiavel como sinônimo de perfídia, dolo, sujeito ardiloso, traiçoeiro, ou que se utiliza a má fé. Conseqüentemente, a leitura desta obra, até nossos dias, é marcada pelo pré-conceito.

Se valendo de algumas citações descontextualizadas, caracterizou-se Maquiavel como o autor que defende que “os meios justificam os fins” e que, para o governante, “é melhor ser temido do que amado”.

O mesmo podemos dizer em relação a Maquiavel. Procedendo a descontextualização, seus críticos centraram-se nas afirmações particulares, ao invés de compreender a sua obra na totalidade. Daí, concluírem que Maquiavel é um autor ardiloso, defensor da violência contra o povo² e sem nenhuma moral política.

Talvez seja conveniente retomarmos as

Mas... esta é uma visão simplificada de Maquiavel!

Marx, defendendo Hegel das incursões daqueles que o queriam desqualificar, afirmava:

“cada qual isola um aspecto do sistema hegeliano, dirigindo-o, ao mesmo tempo, contra o sistema inteiro e contra os aspectos isolados pelos outros”.

reflexões de Gramsci (1988), que julgava que Maquiavel escreveu O Príncipe, não para os poderosos, pois estes já sabem como governar e como agir para manter-se no poder. Segundo Gramsci, Maquiavel escreveu este livro (de linguagem acessível e fácil compreensão), justamente, para aqueles que não conhecem as engrenagens do poder: o povo.

**De acordo com Gramsci,
Maquiavel propôs-se a revelar
como funcionam os bastidores do poder.**

Uma leitura atenta d'O Príncipe permite-nos concordar com Gramsci. Em primeiro lugar, perpassa toda a obra um ensinamento fundamental: o governante pode ser temido, deve ser amado e jamais odiado.

Maquiavel nos ensina...

“A melhor cidadela possível é não seres odiado pelo povo, pois, embora tenhas fortes, quando o povo te odeia, eles não te salvarão, porque depois de os súditos pegarem em armas, não lhes faltarão estrangeiros que os ajude.”

² O termo povo é utilizado neste tópico, respeitando o autor em questão, que dele faz uso, não me sendo permitido, portanto, substituí-lo. Destacaria apenas que o termo povo, dentro da Ciência Política, é utilizado com muitas restrições por boa parte dos cientistas políticos contemporâneos, em razão da sua difícil definição. Trata-se, para boa parte dos estudiosos da Política, de uma expressão imprecisa.

Ou como afirma, em outro momento:

“O príncipe não deve ter grande medo de conspirações se o povo for seu amigo, mas se o povo não for seu amigo e, pelo contrário, o odiar, deve temer todos e todas as ocasiões.”

Assim, mesmo quando coloca-se a pergunta se, para o governante é melhor ser temido do que amado, ou o inverso, Maquiavel responde: **“Respondo que seria preferível ser ambas as coisas, mas, como é muito difícil conciliá-las, parece-me muito mais seguro ser temido do que amado, se só puder ser uma delas.”** Pode-se pensar, a partir desta

frase em particular, que Maquiavel preferia o temor ao amor do povo, porém, é preciso compreendê-lo, considerando não apenas seu período histórico, marcado por práticas que hoje consideramos extremamente violentas³, mas inclusive, pela concepção de humanidade de Maquiavel, a qual, certamente, refletia este período da história.

Afirmava Maquiavel:

Há uma coisa que se pode dizer, de uma maneira geral, de todos os homens: que são ingratos, mutáveis, dissimulados, inimigos do perigo, ávidos de ganhar

e que: *os homens hesitam menos em prejudicar um homem que se torna amado do que outro que se torna temido, pois o amor mantém-se por um laço de obrigações que, em virtude de os homens serem maus, se quebra quando surge ocasião de melhor proveito.*

Se relevarmos tais considerações a partir da concepção de humanidade que transparece nestas afirmações, talvez possamos perceber que o autor dividia-se entre a certeza

de que era melhor para o governante ser amado e a incerteza quanto às ações dos homens, cuja natureza poderia levá-los à traição. Esta divisão reaparece quando ratifica:

³ Norbert Elias, em um interessante estudo sobre os costumes que marcaram a história da civilização, chama atenção para o conjunto de valores que permeavam este período histórico em particular, quando a violência e a destruição são necessidades de sobrevivência.

**“Repetirei apenas ser necessário
que um príncipe se faça amar pelo seu povo,
porque do contrário não terá nenhum remédio
nas suas adversidades”.**

Não é por acaso que a obra do Maquiavel seja lembrada e referida apenas enquanto um conjunto de ensinamentos desfavoráveis ao homem comum, mas é preciso romper com esta visão para extrair dela toda sua profundidade e atualidade.

Será por acaso que estas extrações do livro de Maquiavel, acima citadas, não são consideradas pelos políticos em geral? Será aleatória a relevância dada apenas àquilo que interessa àqueles que fazem do poder um instrumento de poder coercitivo e manipulador?

Porque será que não se fez famosa a frase de Maquiavel:

*“Convém que cumpra sempre o que resolver
e seja íntegro nas suas resoluções”*



Como bem compreendia Maquiavel, a grande questão que envolve o poder do Estado (sua conquista e sua conservação) é a difícil relação entre a “virtú” (virtude) e a ocasião (oportunidades): Sem a ocasião, os seus

talentos e o seu espírito ter-se-iam perdido; sem os seus talentos, a ocasião teria surgido em vão.” Porém, sem a preponderância da virtú, nenhum governante mantém o poder. É ela imprescindível:

**“Aqueles que de simples pessoas se tornam príncipes
graças exclusivamente à sorte
não têm grandes dificuldades em consegui-lo,
mas muita em tal Estado se conservar”.**

Daí o fundamento de um governo que aspira manter-se estável: precisa conquistar o amor e o respeito do povo, precisa ter virtudes e capacidade de aproveitar as oportunidades. Como dizia Maquiavel, *“um príncipe não precisa ter todas as qualidades enumeradas, mas convém que pareça que as tem.”* Precisa o

governante, agir com prudência: *“A prudência reside em saber avaliar a qualidade dos inconvenientes e em escolher o menor”*. Sem qualidades e talentos pessoais e sem apoio social, nenhum governante mantém-se no poder. Este é o ensinamento fundamental que atravessa todo o livro.

Ensinava Maquiavel, que quando necessário tomar medidas impopulares:

**“Convém fazer o mal todo de uma vez para que,
por ser suportado durante menos tempo,
pareça menos amargo,
e o bem pouco a pouco, para melhor se saborear.”**

Esta é uma frase muito citada de Maquiavel, porém, convenientemente, não se registra um outro ensinamento que diz:

“Pode-se chamar boa à crueldade que se exerce somente uma vez, por necessidade de segurança, e depois se abandona e se converte o mais possível em benefício dos súditos. A crueldade má é aquela que embora a princípio seja pequena, aumenta com o tempo, em vez de diminuir”.

Para concluir esta rápida abordagem sobre Maquiavel, convém observar a pertinência de uma outra frase sua:

***“Aquele que se torna senhor
de uma cidade habituada a viver livre
e não a destrói deve esperar ser destruído por ela.
Pois ela tem sempre como pretexto para as suas rebeliões,
o nome da liberdade e os seus antigos costumes,
os quais nem o tempo nem qualquer benefício
permitirão que sejam esquecidos.”***

O que nos permite extrair esta frase?

Ela reflete a importância de estar-se atento às manifestações sociais, às suas crenças e costumes. Mas, mais do que isto, esta frase destaca uma questão fundamental:

**um povo acostumado à liberdade
jamais aceitará ser súdito.**

Se trouxermos este ensinamento para a atualidade, perceberemos o quanto o enraizamento das práticas sociais é importante para cercear a arbitrariedade dos governantes. Ou, dizendo de outra forma: Se con-

siderarmos o caso da democracia no Brasil (que abordaremos no quarto capítulo), veremos que a nossa democracia permanece menor de idade, tutelada, cerceada. No entanto, nós aceitamos e reproduzimo-la, porque nunca vivenciamos uma democracia plena, efetivamente cidadã.

Se compararmos, por exemplo, com países como a França, podemos perceber o quanto à questão da tradição democrática faz diferença. E o quanto o enraizamento de valores democráticos, no seio da sociedade, é condição para garantir a sua conservação e ampliação.

Daí a oportunidade da frase de Maquiavel. Obviamente, que todo governante sabe que tem de observar a cultura do seu povo para governar.

**Um povo que tem apreço pela democracia,
pela liberdade é um povo que não aceitará
governos autoritários**

Assim, os ensinamentos de Maquiavel dizem muito mais do que o senso comum tem dito a seu respeito. É importante lê-lo. Estudá-lo. Esquadrinhá-lo,

como dizia o psicólogo Michel Foucault. Em Maquiavel, revela-se, com toda a força, a questão da **legitimidade** que abordamos no início deste capítulo.

**Sem legitimidade não há possibilidade de poder:
E Maquiavel reconhece que a legitimidade
do poder advém do povo.
Por isso a importância de fazer-se
amar e respeitar pelo povo.**



QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 Que elementos, neste capítulo, você considera importante para compreensão da Política como prática coletiva a serviço do Bem comum e da maioria?
- 2 Como se define o “poder”? E o poder político?



Capítulo 2

0 Estado Capitalista

O Estado no Capitalismo

A teoria somente tem validade na medida em que nos ajuda a compreender a realidade prática.

O processo de elaboração teórico é, antes de tudo, um processo de sistematização e compreensão (nos seus mais complexos liames), da realidade concreta. Não há, como pretendem alguns, e,

muitas vezes, o senso comum, um descolamento entre a teoria e a prática. É neste sentido que autores como Marx, Gramsci, Offe e tantos outros são fundamentais.

Eles nos fornecem as ferramentas de trabalho capazes de:

Nos garantir a garimpagem das intrincadas relações sociais, políticas e econômicas, permitindo-nos não somente seu entendimento, mas inclusive os meios para superá-las.

Daí a importância de abordarmos, neste capítulo, as principais⁴ contribuições destes autores, no que concerne ao Estado, dentro do Modo de Produção Capitalista e, por decorrência, suas estreitas relações com a sociedade civil. Faremos também, neste curto

espaço, uma breve análise da nossa história recente - utilizando-nos deste instrumental na prática - pois, como diz a sapiência popular, é tomando consciência dos nossos erros do passado que podemos evitar repeti-los, no futuro.

Karl Marx (1818-1883)

Karl Marx e Friedrich Engels representam um divisor de águas nos estudos sobre Política, Sociologia, Economia, Filosofia, História etc.

⁴ Importa registrar que a obra destes autores, em particular de Marx e Gramsci é bastante extensa. Devido ao objetivo deste pequeno Caderno de Teoria Política, utilizaremos apenas e tão somente aqueles conceitos que são fundamentais para a compreensão dos aspectos que nos propusemos abordar. Sendo extremamente interessante, por parte dos interessados, um estudo destes autores por eles mesmos. Aliás, é esta a melhor e mais adequada forma de entendimento de qualquer autor: lê-lo diretamente.

É impossível discutirmos sobre qualquer destas áreas de conhecimento, sem fazer referências a estes autores, em particular a Marx, seja pela identidade com seu método de análise, seja para

combatê-lo duramente. E aqui, é oportuno destacar que a escolha de um método de análise implica em um compartilhamento da visão de sociedade. O que representa dizer:

Nenhuma escolha pessoal de qualquer cientista, estudioso, político, cidadão comum é feita a partir do vazio histórico e/ou ideológico. A escolha por um, e não outro referencial teórico, reflete, necessária e obviamente, a identidade com uma visão de mundo e de homem.

E é sobre esta visão de mundo e de homem que começamos a discussão sobre as principais contribuições de Karl

Marx. Marx, tal qual Rousseau, preocupava-se, fundamentalmente, com a questão da desigualdade social. Ou seja:

*Por que os homens,
que têm em comum uma mesma natureza,
transformam-se em socialmente desiguais*



Por que, decorrente desta desigualdade, recriam-se e reproduzem-se as mais variadas formas desiguais de poder, de acesso às oportunidades e de dominação



Obviamente que Marx não acreditava na máxima desenvolvida por Locke, segundo o qual, a desigualdade social era produto da ação individual de cada ho-

mem: quanto mais inteligente e mais trabalhador, mais proprietário. Para Marx, a realidade não lhe permitia acreditar em tais pressupostos, pois:

Como explicar a **pobreza** daqueles que **mais trabalham**
...e a **riqueza** dos que **menos trabalham**



Eis o ponto de partida para as pesquisas e estudos desenvolvidos por este genial pensador.

Partia, Marx, da compreensão de que a sociedade não é um conjunto de indivíduos automatizados, compon-

do um todo, mas uma estrutura social onde os homens estão, historicamente, divididos em classes sociais.

Afirmava ele em uma das suas obras mais conhecidas, Manifesto do Partido Comunista:

“A história da sociedade se confunde até hoje com a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e companheiro, em outros termos, opressores e oprimidos em permanente conflito entre si, não cessam de se guerrearem em luta aberta ou camuflada, luta que, historicamente, sempre terminou ou numa reestruturação revolucionária da sociedade inteira ou no aniquilamento das classes em choque.”



Ao identificar as classes sociais como portadoras de interesses distintos, antagônicos, Marx vai delimitá-las conceitualmente. Compreendendo que todo e qualquer Modo de Produção (escravagista, feudal ou capitalista), é marcado pela existência de duas classes fundamentais

(não exclusivas), donde uma apresenta-se como dominante e outra como dominada, ou nas suas palavras acima: “opressores e oprimidos”, Marx vai defini-las, inicialmente (mas não exclusivamente), a partir da relação que estas classes têm com os meios de produção.

A classe dominante caracteriza-se pela propriedade dos meios de produção,

ou seja, dos meios que permitem a produção de riquezas em uma determinada sociedade (Modo de Produção).

No caso da sociedade capitalista, das ferramentas, máquinas, prédios, capital, tecnologia, terras etc.

A classe dominada caracteriza-se pela não-posse dos meios de produção,

sendo proprietária somente da sua capacidade de produção (força de trabalho) e, portanto, para sobreviver, precisa vender a sua força de trabalho no mercado. Em consequência, os homens pertencentes

à classe trabalhadora acabam sujeitando-se às condições impostas pela classe dominante (capitalista), pois precisam sobreviver e a sua sobrevivência passa pelo assalariamento.

Desta maneira, a força de trabalho converte-se, assim como outros produtos colocados à venda no mercado, em uma mercadoria. Porém uma mercadoria especial, como destacava Marx.

Daí a crítica, implícita e explícita às **idéias liberais** desenvolvidas por Locke. Na medida em que a grande maioria dos homens não é proprietária de seus meios de produção, o produto que resulta do seu trabalho não é de propriedade do trabalhador, mas daquele que detém os meios de produção. Mas, Marx vai mais longe, nas suas descobertas. Vigem na sociedade

capitalista, desde os seus primórdios, o pressuposto liberal de que os homens, livres e iguais, relacionam-se livremente no mercado de trabalho. A igualdade civil entre eles (condição sine qua non), lhes permite a realização dos contratos de trabalho: uns na qualidade de vendedores, outros na qualidade de compradores da força de trabalho.

Desta forma, segundo o pressuposto liberal, a condição de igualdade e liberdade (formal) entre todos os homens, garante-lhes livre e igualmente discutir os termos deste contrato.

A partir do combate a este pressuposto que Marx vai desconstruindo o ideário liberal que conforma os interesses da classe dominante capitalista.

PRIMEIRA QUESTÃO: os contratos não são feitos (na realidade) entre homens livres e iguais, pois a condição real de existência dos homens os coloca, no mercado, em condições desiguais.

SEGUNDA QUESTÃO: no pressuposto contratual liberal (onde se pressupõe que os homens contratam livre e igualmente), o contrato deve atender, igualmente, as partes contratantes.

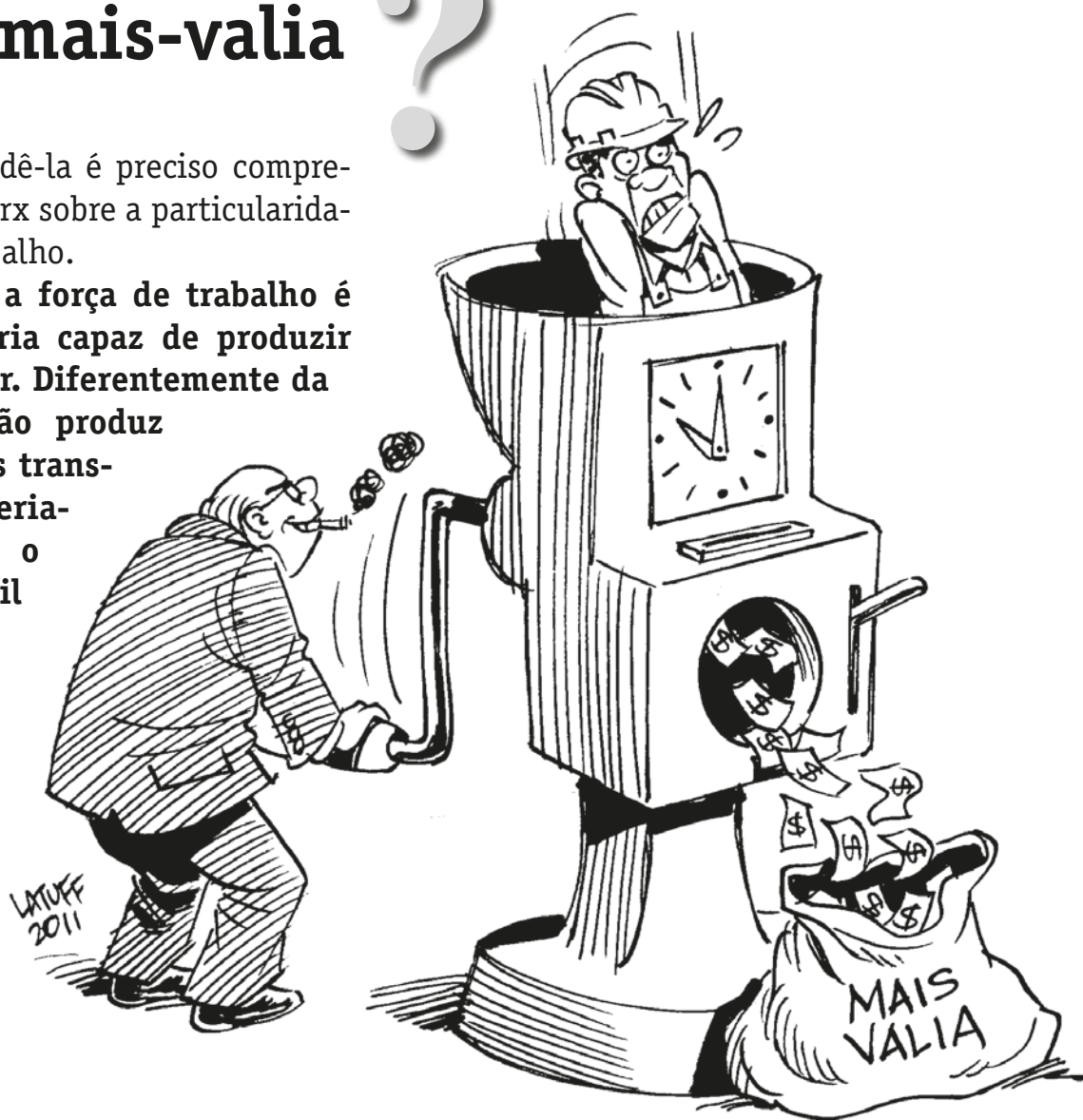
**Trata-se de uma troca: um compra e outro vende a força de trabalho.
Mas não é isso o que acontece na realidade.**

Daí a sagacidade de Marx, que superando as descobertas do economista David Ricardo, identifica o processo que permite aos proprietários dos meios de produção enriquecerem cada vez mais, a partir da exploração do trabalho dos seus empregados: **a mais-valia**.

O que é mais-valia ?

Para compreendê-la é preciso compreender o que diz Marx sobre a particularidade da força de trabalho.

Segundo ele: a força de trabalho é a única mercadoria capaz de produzir sempre mais valor. Diferentemente da máquina, que não produz valor, mas apenas transfere valor materializado nela. Daí, o tempo de vida útil das máquinas.



E o que é valor ?

O valor* é o trabalho materializado em uma mercadoria.

Portanto, o valor de uma mercadoria é dado pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la. Estamos falando, naturalmente, de trabalho acumulado. Como exemplificava Marx, um casaco vale mais do que 10 metros de linho, pois que o casaco tem mais trabalho acumulado do que o linho.

Aliás, é por causa do tempo de trabalho social contido, em cada mercadoria, que podemos trocar mercadorias de materialidade diferente. Este (o tempo de trabalho social) é o elemento que nos permite as trocas no mercado, pois o trabalho é o elemento presente em qualquer mercadoria, independente da sua forma material. Obviamente que o tempo de trabalho, socialmente necessário, reflete o desenvolvimento das máquinas e técnicas de produção.

Valor é diferente de preço

O valor de uma mercadoria decorre do tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. O preço já decorre de outros elementos, como a oferta e procura das mercadorias, o monopólio da sua produção etc. Por isso Marx era tão cuidadoso com os conceitos. Para acompanhar a profundidade e complexidade das suas descobertas, há que ter um rigor científico imprescindível.

Marx identificou que o trabalhador, quando vende a sua força de trabalho, o faz por uma razão elementar: garantir a sua sobrevivência. Para tanto, precisa ganhar um salário.

E o que é salário ?

É a remuneração necessária à reprodução da força de trabalho.

O necessário para a reprodução dos(as) trabalhadores(as) é variável segundo o desenvolvimento das forças produtivas e das particularidades sociais e históricas de cada socie-

dade. Assim, o salário médio (ou mínimo) de cada sociedade deve ser capaz de garantir a aquisição das mercadorias necessárias à reprodução do trabalhador e da sua família.

O montante deste salário é dado pelo valor das mercadorias que compõem as necessidades para reprodução da força de trabalho do trabalhador médio

Chega-se assim, a um cálculo elementar: quanto de horas diárias deve-se trabalhar para adquirir o montante destas mercadorias necessárias. Partindo do exemplo clássico, realizado por Marx, supomos que o trabalhador tivesse que trabalhar 8 horas diárias, para garantir um salário necessário à aquisição das mercadorias que compõem o mínimo necessário.

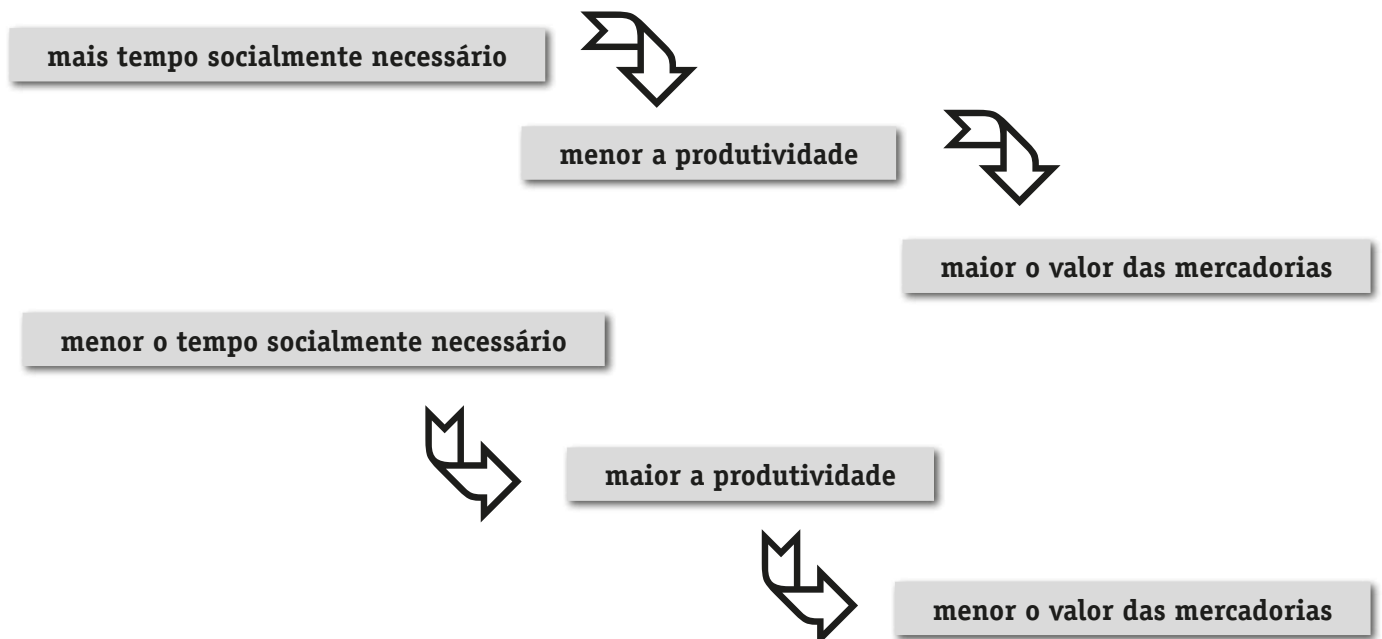
Oito horas seriam, então, o tempo de trabalho necessário. Isto, para que o contrato entre compradores e vendedores da força de trabalho mantivesse-se orientado pelo princípio de equivalência que perfaz os contratos entre homens livres e iguais.

Porém:

Com a concorrência permanente e o consequente desenvolvimento de novas máquinas e tecnologias (que caracteriza o capitalismo), o valor das mercadorias que compõem o indispensável à reprodução da força de trabalho vai caindo.

Ou seja, quanto mais novas máquinas e tecnologias, mais se reduz o tempo socialmente necessário à produção das mercadorias, portanto, menor o valor das mercadorias.

A relação é direta:



Dentro desta lógica elementar, Marx foi revelando a acumulação de capital nas mãos de poucos. Pois, como descobriu o autor:

Embora o tempo de trabalho socialmente necessário sofra reduções em razão do desenvolvimento das forças produtivas, o trabalhador continua a trabalhar o mesmo número de horas, produzindo mais mercadorias (mais-valor) sem nenhuma remuneração.

O conceito *forças produtivas* significa tanto o grau de desenvolvimento das máquinas, tecnologias, ferramentas, quanto à destreza dos trabalhadores. Ou seja, forças produtivas envolvem não apenas os meios de produção, mas as qualidades do trabalhador médio.

Ou seja, é o trabalho excedente não pago. Retomando o exemplo anterior: se antes o tempo de trabalho necessário era 8 horas diárias, agora o trabalhador já poderia trabalhar somente 6 horas (trabalho necessário), porém ele continua trabalhando 8 horas, sendo que destas, 2 horas representam trabalho excedente não pago.

Atenção: mais-valia não é sinônimo de hora extra não paga.

A questão central da mais-valia é a produção de mais mercadorias (portadoras de valor) que são apropriadas pelo proprietário dos meios de produção. Daí a conclusão categórica de Marx:

“O modo de produção capitalista se caracteriza pela apropriação privada do trabalho social”

Para entender o conceito:

A acumulação capitalista decorre da produção de mercadorias.

É na esfera da produção que se gera a acumulação, pois, o aumento do capital em circulação depende, diretamente, do aumento da produção de mercadorias e serviços de uma determinada sociedade.

Assim, se os(as) trabalhadores(as) produzem mais mercadorias (mais-valia), estas são colocadas no mercado, convertendo-se em mais capital, o qual é apropriado pela classe capitalista.

O lucro que advém das transações do mercado e das transações financeiras (esfera da distribuição), é de natureza diversa do lucro oriundo da produção das mercadorias.

O lucro **da esfera da distribuição** depende **da esfera da produção** das mercadorias.

O lucro que advém das transações do mercado decorre da mera transferência de capital, da mão de um ou uns para outro ou outros.

Não há criação de mais valor

Ou seja, para que alguém ganhe R\$ 100,00 de lucro, outro perdeu R\$ 100,00.

É, pois, destas descobertas fundamentais que Marx vai discutir a questão do Estado e da consciência de classe, assim como dos meios de superar esta condição de expropriação e dominação de classe.

É dentro desta perspectiva de dominação de classe, que podemos compreender as **afirmações de Engels sobre o Estado**:

"O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta do exterior, à sociedade. (...) É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entrededorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da "ordem"

Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado."

(Apud Lênin: 1987; 9)

Ou seja, o Estado é uma construção social, porém, em sentido diferente daquele dado pelos contratualistas, que consideravam o Estado como um instrumento neces-

sário para romper com o estado de natureza. Para Marx e Engels, o Estado é uma construção social que atende aos interesses da classe dominante.

Para Engels e Marx, a partir do momento em que se instituiu a desigualdade social entre os homens que viviam em comunidade, houve a necessidade de construir uma organização política, administrativa, estratégica que, embora, servisse aos interesses da classe dominante, a parentasse servir aos interesses de todos.

Este é o papel fundamental do Estado dentro das sociedades divididas em classes. Por isso, a necessidade de apresentar-se como uma instituição

acima da sociedade, a serviço do interesse comum, descolada dos interesses particulares das classes sociais.

Porém, é preciso entender que:

Este Estado que se constitui para atender aos interesses da classe dominante, não é um monopólio exclusivo desta classe, mas é objeto de disputa da classe trabalhadora, através de seus partidos.

Para que possamos compreender a profundidade das descobertas feitas por Marx, é oportuno retomar as suas principais conclusões, as quais serviram de

fio condutor de seus estudos. Em particular, para que possamos compreender o papel do Estado e da ideologia.

Afirmava Marx, no seu livro intitulado *Contribuição à crítica da economia política*:

*“...na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a **estrutura econômica da sociedade**, a base concreta sobre a qual se eleva uma **superestrutura** jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que determina a sua consciência”.*

A obra de Marx estrutura-se sobre o entendimento de que:

Todo Modo de Produção possui uma *infra-estrutura* e uma *supra-estrutura* correspondente

Ou seja, para cada base econômica erige-se um conjunto de relações políticas, sociais, ideológicas etc, que tem por finalidade permitir (e garantir) a reprodução e a legitimação desta base econômica. No caso do Modo de Produção Capitalista (cuja infra-estrutura está

organizada sobre a geração de riquezas, a partir da exploração do trabalho assalariado), o conjunto de mecanismos e instrumentos sociais, políticos e ideológicos que serve para transformar esta relação fundamental (infra-estrutural) em uma relação natural e necessária.

É justamente sobre este processo de naturalização destas relações que a superestrutura tem uma correspondência direta com a infra-estrutura. Retornamos aqui ao conceito de legitimidade, desenvolvido no primeiro capítulo.

O conceito de Modo de Produção implica, necessariamente, na compreensão de infra-estrutura e supra-estrutura, pois cada Modo de Produção assenta-se sobre uma base econômica e um conjunto de relações sociais, políticas, religiosas, ideológicas, etc, que dão particularidade a um determinado Modo de Produção.

Por exemplo, no Modo de Produção escravagista: a base econômica (infra-estrutura) era estruturada sobre a produção de riquezas, a partir da exploração do trabalho

escravo. Por consequência, as relações sociais, políticas, religiosas, ideológicas estavam a serviço da reprodução e legitimação desta base econômica. Por isso, muito das relações daquele período que hoje nos causam repulsa e horror, eram formais e realmente aceitas como naturais e necessárias.

O mesmo podemos dizer de qualquer outro Modo de Produção, inclusive do Capitalista, onde somos convencidos de que a divisão social entre patrões e empregados é natural e necessária.

Sobre estas relações, que são simultâneas e entrelaçadamente econômicas, históricas, sociais, religiosas, ideológicas, jurídicas etc, que Marx vai desvendando o papel do Estado e expondo seu método dialético. Antes de qualquer coisa:

a dialética marxista funda-se sobre uma compreensão materialista da história.

O que é a compreensão materialista da história



A famosa inversão, feita por Marx, da dialética idealista de Hegel.

Enquanto **HEGEL** concebia que **as relações sociais são produtos das idealizações do pensamento**, **MARX** afirmava, como já vimos na citação acima, que *“não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que determina a sua consciência”*.

O que representa dizer: a consciência dos homens reflete as relações sociais concretas que estes vivenciam em sociedade. Não o inverso. E estas relações sociais são fundadas sobre uma base econômica (infra-estrutura) e um conjunto de estruturas ideológicas, jurídicas, po-

líticas etc (supra-estrutura) que servem para garantir a reprodução e legitimação do conjunto destas relações. É sobre esta base material complexa que Marx sustentava a indissolúvel relação entre infra e supra-estrutura, conformando a consciência dos homens. Porém:

Como os homens são seres inteligentes, capazes de refletir sobre as condições materiais da sua existência, são, estes, os únicos capazes de transformar estas condições que se lhe parecem insatisfatórias e injustas.

Daí a questão da dialética marxista

Se dialética representa (tanto em Hegel quanto nos que o antecederam na utilização deste termo), movimento permanente, cuja dinâmica é dado pela negação entre os contrários, em Marx, a dialética materialista apreende as relações concretas entre os sujeitos sociais, atravessados por interesses antagônicos.

A dialética marxista não representa a luta entre teses (como em Hegel), mas a luta entre classes sociais, cujos interesses são opostos.

Oportuno lembrar aqui do interesse comum explorado por Rousseau, que exigia a eliminação da desigualdade social para concretizar-se.

É justamente neste processo dialético, que contrapõe, permanentemente, interesses antagônicos, que os homens e as mulheres, em particular os(as) trabalhadores(as), vão refletindo sobre as suas condições materiais de existência.

A **dialética hegeliana** sustenta-se, sinteticamente, sobre a oposição entre tese, que suscita uma antítese, que por sua vez leva a uma síntese, que obviamente converte-se em uma nova tese, que por sua vez suscitará uma nova antítese e uma nova síntese, e assim sucessivamente. Ou seja, um movimento permanente, cuja dinâmica é dado pela negação entre as teses. Com parte inevitável da própria humanidade, atravessada pela divergência entre os singulares.

A **dialética marxista** implica no uso, simultâneo, da análise dos três aspectos imprescindíveis: história, totalidade e contradição.

Ou seja, por mais que a estrutura social de um determinado modo de produção articule-se para garantir a produção, reprodução e legitimação das relações que lhe dão sustentação, o processo dialético que contrapõe, permanentemente, **interesses antagônicos**, leva os(as) trabalhadores(as) a refletirem sobre as suas condições objetivas e subjetivas de existência.

É deste difícil e contraditório processo que Marx visualizava a possibilidade revolucionária da classe trabalhadora.

Convém ressaltar a inconsistência daqueles que vêem, em Marx, o determinismo econômico. Nada é mais distante de Marx do que determinismos.

O que Marx alerta é que há (e isso é inegável) uma preponderância da base econômica sobre as demais esferas da vida social, pois

que estas refletem a base econômica. Porém, esta pode ser transformada radicalmente, daí a perspectiva (e a defesa e militância do autor) da revolução proletária.

É dentro desta perspectiva que residem dois conceitos fundamentais dentro do referencial marxista: Consciência de classe em si e para si.

Consciência de classe em si,

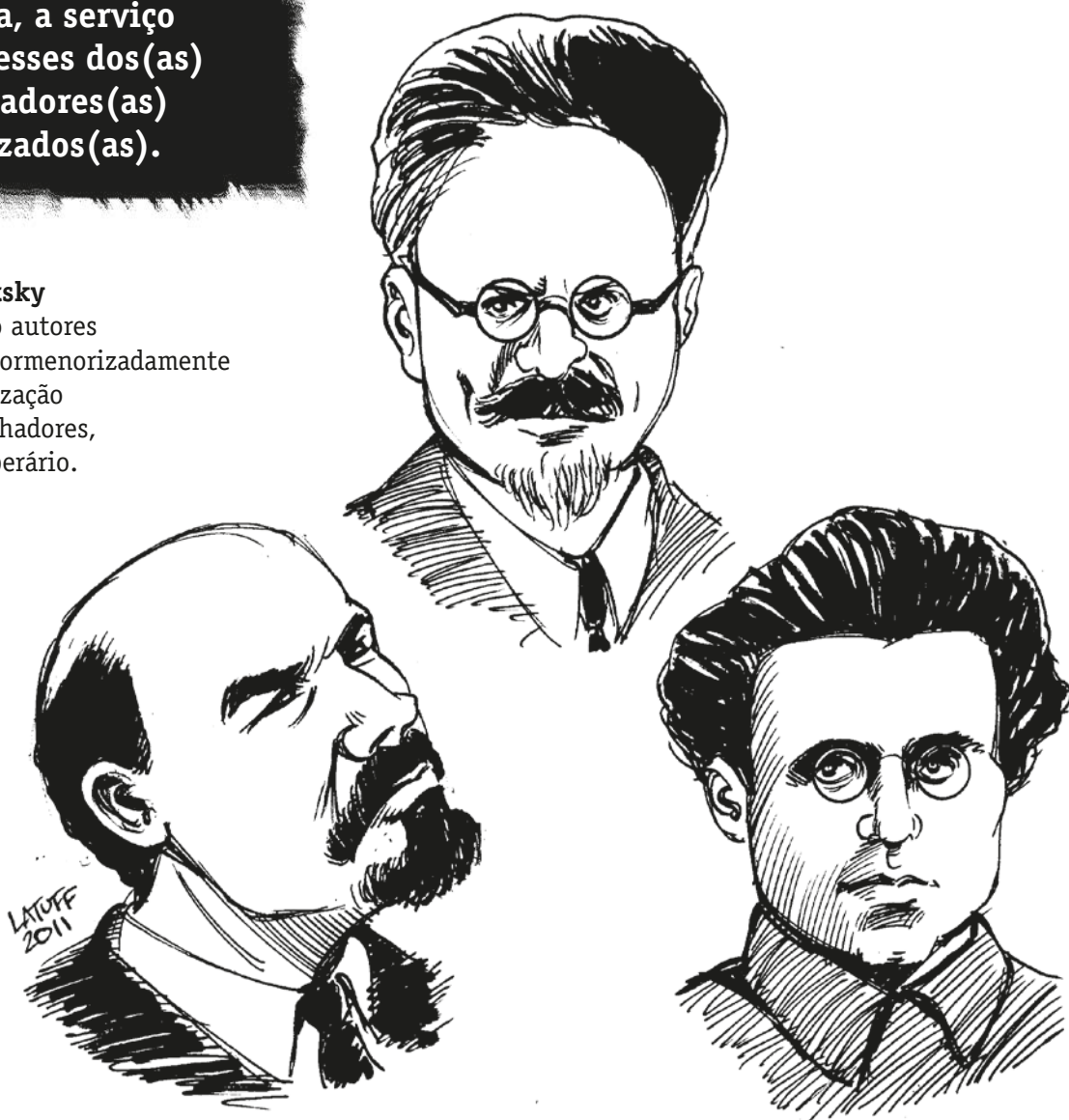
que é a **consciência difusa de uma classe**, que se reconhece enquanto não-proprietária dos meios próprios para garantir a sua sobrevivência, precisando vender sua força de trabalho.

Consciência de classe para si,

que já representa um **estágio superior da consciência** dos(as) trabalhadores(as), quando estes, não só compreendem a realidade das condições materiais de existência, mas, se propõem a defender organizada e radicalmente uma sociedade alternativa, a serviço dos seus interesses. Este é o estágio mais elaborado da consciência de classe.

**Este estágio já reflete,
como exigência natural,
a presença de um partido
classista, a serviço
dos interesses dos(as)
trabalhadores(as)
organizados(as).**

Lênin (à esquerda), **Trotsky** (à direita) e **Gramsci** são autores que vão trabalhar mais pormenorizadamente a problemática da organização revolucionária dos trabalhadores, através de um partido operário.



Antônio Gramsci (1891-1937)

Antônio Gramsci foi um autor que aprofundou e ampliou a compreensão do Estado, a partir do instrumental marxista. Partilhando a concepção de que a sociedade capitalista di-

vide-se em duas classes sociais fundamentais (mas não exclusivas), Gramsci defendia que o Estado compreende duas perspectivas: a sociedade civil e a sociedade política.

A sociedade civil representa a sociedade organizada, tais como sindicatos, Igreja, movimentos sociais e populares etc. É parte constitutiva do Estado, pois reflete a base de legitimidade do mesmo.

A sociedade política, por sua vez, constitui a força legalmente constituída, dominação, coerção etc. Trata-se, aqui, da parte mais comumente identificada com o Estado. Contudo, como bem alertava Gramsci sobre o Estado:

“Podemos fixar dois grandes planos supra-estruturais: o que podemos chamar “sociedade civil”, isto é, o conjunto dos organismos vulgarmente chamados “privados”, e o da “sociedade política ou Estado”, que correspondem, respectivamente, à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade e à do “domínio direto” ou comando que se exprime no Estado e no governo “jurídico””

(Apud Staconné, 1991; 77)

O Estado, para Gramsci, somente pode ser compreendido pela sua dupla face: civil e política.

E neste aspecto inova, significativamente, pois rompe com a visão preponderante que associa

o Estado a uma organização monolítica, a serviço exclusivo dos interesses da classe dominante.

Ao aprofundar a compreensão do Estado a partir de duas faces de uma mesma organização:

Gramsci destaca o papel da sociedade civil, não somente no sentido da legitimidade, mas também da disputa legítima dos partidos operários do poder do Estado. Ou, nas suas palavras, da disputa pela hegemonia.

E o que significa hegemonia ?

Este estágio já reflete, como exigência natural, a presença de um partido classista, a serviço dos interesses dos(as) trabalhadores(as) organizados(as).

Um determinado projeto é hegemônico quando desfruta de consenso e consentimento social consolidado.

Quando os cidadãos e cidadãs o defendem como se fosse seu. Daí a importância fundamental da *ideologia*.

E o que é ideologia, segundo Gramsci?

É, antes de tudo, uma visão de mundo e, conseqüentemente, uma referência implícita ou explícita da ação humana. Portanto, nenhuma ideologia está descolada da realidade histórica, das condições materiais de existência dos homens. Ela a reflete diretamente. Daí a importância da luta pela hegemonia de um projeto alternativo que sirva aos interesses da classe

trabalhadora. Este projeto deve brotar, necessariamente, da realidade concreta dos homens, a qual se reflete em uma visão de mundo. Mas, alertava Gramsci, a conquista de hegemonia para um projeto alternativo que reflita os interesses da classe trabalhadora, passa, imprescindivelmente, pela atuação pedagógica dos(as) trabalhadores(as).

Não há transformação sem educação revolucionária.

Não há educação revolucionária sem coerência entre teoria e prática.

Pois as pessoas avaliam os projetos pela sua atuação objetiva.

É de fundamental importância, no pensamento gramsciano, o papel dos *intelectuais orgânicos*.

Quem são os intelectuais orgânicos ?

Para Gramsci, o conceito de intelectual Orgânico não está restrito à imagem comum de pensador acadêmico. Muitos homens, mesmo sem ter passa-

do pelos bancos escolares, atuam como intelectuais orgânicos, na medida em que cumprem as funções que caracterizam os intelectuais orgânicos.

Os intelectuais que formam a consciência crítica dos seus grupos sociais de origem são orgânicos a eles, e integram-se, implícita ou explicitamente, num bloco intelectual que (...) asseguram e ampliam a direção intelectual e moral, além do comando político da classe dominante sobre os demais grupos sociais. Só os grandes intelectuais são capazes de dar consistência teórica às novas concepções éticas e espirituais que surgem das práticas dos novos grupos sociais. Só eles são capazes de dar homogeneidade e coerência lógica, além de sistematicidade à ideologia “espontânea” de um grupo social fundamental. E só passando por um processo profundo de elaboração filosófica, a ideologia pode tornar-se o cimento que unifica e faz a coesão de um bloco histórico⁵.

São os intelectuais orgânicos aqueles que procedem ao entrelaçamento entre a ideologia espontânea que brota da “consciência do ser social”, como dizia

Marx, e a fundamentação teórica capaz de dar consistência e homogeneidade às idéias e práticas de um determinado grupo social.

Como afirma Gramsci:

“A superioridade de um grupo social manifesta-se de duas maneiras: como dominação e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários, que tende a liquidar ou a submeter inclusive com a força das armas, e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode, e antes deve, ser dirigente antes mesmo da conquista do poder governativo (...) depois, quando exercer o poder, e mesmo que o tenha fortemente em mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser dirigente”.

(Apud Staconnne: 1991; 92)

⁵ Bloco histórico, conceito utilizado por Gramsci para definir as relações entre estrutura e supra-estruturas, entre forças materiais e ideologias. Define-o Gramsci como “uma situação social formada de uma estrutura econômica vinculada dialética e organicamente às superestruturas jurídico-políticas e ideológicas.” (Staconnne: 1991:72)

Está aí uma questão fundamental das relações de poder:

**Só é dirigente quem conquista o consenso, a hegemonia.
Quer dizer, não basta ser dominante, tem que ser dirigente,
pois do contrário não se mantém no poder.**

Veja como reaparece aqui a problemática colocada por Maquiavel.

**É dentro desta perspectiva de luta pela hegemonia
que conceitos como *GUERRA DE MOVIMENTO*
e *GUERRA DE POSIÇÃO* adquirem força.**

GUERRAS DE MOVIMENTO são aquelas investidas rápidas, de curta duração contra o Estado. Seu êxito depende da correlação de forças, ou seja, da força dos atacantes e da fragilidade dos atacados. Por ser uma guerra de movimento, não há garantias de manutenção da posição conquistada.

GUERRA DE POSIÇÃO implica em ações consistentes, que vão demarcando as conquistas, as posições dos atacantes, alargando o espaço de influência e ação destes grupos.

▶ **EXEMPLO DO PRIMEIRO TIPO** de guerra são as greves, as ocupações de terras, etc.

▶ **EXEMPLO DO SEGUNDO TIPO** de guerra são as ações dos grupos organizados permanentes, que têm alcançado certa representatividade na sociedade.

Válido, portanto, o exemplo do próprio MST, enquanto movimento que já conquistou seu espaço de influência e atuação, demarcando a questão da terra como um problema crucial a ser resolvido.

Por fim, para concluirmos a rápida e limitada apresentação de alguns conceitos gramscianos, vamos falar rapidamente de **crise de hegemonia** e **partido político**.

CRISE DE HEGEMONIA

Segundo Gramsci, a crise de hegemonia representa a crise de confiança em um determinado projeto e, por extensão, nos seus representantes diretos.

O período de crise é quando se afrouxam as relações entre dirigentes e dirigidos, abrindo espaço para a ação de grupos que almejam conquistar hegemonia.

É preciso, no entanto, discernir entre as **crises orgânicas** e as **crises conjunturais**. Estas, em-

bora dependam dos movimentos orgânicos, não têm grande significação histórica, pois, em geral, reduzem-se a manifestações contra aqueles que estão no poder, mas não atingem o sistema como tal. As crises orgânicas, ao contrário, atingem diretamente as estruturas da sociedade, permitindo a ressonância social da crítica histórico-social.

**Numa época de crise orgânica
É quando se abre o caminho
para a ação consistente dos partidos
liderarem um movimento
de transformação social**

PARTIDO POLÍTICO

O partido político, de acordo com Gramsci, é o Príncipe moderno⁶

(em referência ao Príncipe de Maquiavel)

O partido é o lugar “sociológico em que os indivíduos de uma classe econômica adquirem consciência de sua realidade social e política: de homens-econômicos tornam-se homens-políticos”.

Claro está, portanto, que o partido político é um elemento fundamental do processo de transformação social.

⁶ No livro sobre **Maquiavel, a política e o Estado moderno**, afirma-se que em uma sociedade complexa como a nossa, o Príncipe de Maquiavel somente poderia ser o partido político, pois ele é o instrumento de organização coletiva, capaz de educar, organizar e coesionar as vontades coletivas.

Claus Offe (1940)

A atualidade, deste cientista político alemão, não se deve apenas à sua contemporaneidade, mas às suas inquestionáveis contribuições para a compreensão do Estado capitalista. Claus Offe partilha

a concepção de que o Estado é um instrumento de dominação, porém, uma dominação que é permanentemente ameaçada, através da disputa por parte dos grupos adversários ou inimigos.

Ou seja...

O Estado não é o espaço de poder exclusivo da classe dominante. Para conquistar legitimidade e manter-se no poder, o Estado precisa fazer concessões. O que significa dizer que a totalidade dos atos estatais não é de valorização do capital. O grau e a intensidade destas concessões estão diretamente relacionadas com o poder de organização e pressão social.

Partindo da premissa de que **o Estado não é uma estrutura neutra** capaz de absorver qualquer projeto de sociedade, Offe vai desvelando quais são os mecanismos através dos quais o Estado realiza a valorização do capital, ou seja, realiza sua função principal, que é atender aos interesses da classe capitalista, permitindo a acumulação de capital.

Antes de mais nada, é importante expor alguns

elementos da discussão de Offe, para podermos entender a originalidade das suas reflexões. Parte o autor do reconhecimento do mérito dos teóricos da Influência, quando estes afirmam que o Estado sofre influência direta dos grupos de pressão capitalistas. Porém, discorda Offe quanto à exclusividade desta influência. Vejamos o que dizem os **teóricos da Influência**.

Segundo os teóricos da Influência, o aparelho estatal, através dos poderes executivo, legislativo, judiciário e repressivo, é um instrumento de dominação capitalista. Fundamentando sua compreensão na pesquisa empírica, dizem os teóricos da influência, que, os capitalistas atuam diretamente sobre o Estado através dos seguintes mecanismos:

- 1** **Grupos de pressão** (exemplo: ruralistas), os quais, pela sua posição privilegiada na sociedade capitalista, gozam de poder de influência indiscutível sobre o Estado
- 2** **Grupos de capital isolados** e associações industriais atuam diretamente (ou através de seus prepostos) nas instâncias responsáveis pelas políticas que lhe dizem respeito
- 3** **“Greve de Investimentos”** feita por grupos de interesse capitalistas Devido ao seu papel privilegiado dentro do Modo de Produção que ameaçam com a possibilidade de “greve de investimentos”, como forma de influência indireta
- 4** **Atuação através da Mídia**, ou sej dos meios de comunicação de massa⁶, os quais são de propriedade dos grupos capitalistas. A atuação dos meios de comunicação permite, não apenas, a manipulação da opinião de massa*, ameaçando a legitimidade do governante, senão que exerce fundamental papel na marginalização ideológica das manifestações anticapitalistas
- 5** **Financiamento Eleitoral** por empresários capitalistas que se utilizam, direta ou indiretamente, da designação dos cargos públicos, através do sistema de financiamento eleitoral, cuja condição assenta-se sobre a afinidade ideológica com os interesses do capital.

Sem questionar a veracidade destes mecanismos de influência exercidos sobre o Estado pelos grupos capitalistas, Offe preocupa-se em apontar as insuficiências e inadequações desta teoria. Diz ele que esta teoria limita-se a analisar as relações de determinação externa, mas não consegue demonstrar a necessidade estrutural do caráter de classe do Estado. Ou seja, o Estado aparece como uma estrutura neutra que atende aos interesses capitalistas, somente a partir da ação externa dos grupos organizados dos capitalistas.

Ademais, segundo o autor há uma confusão conceitual entre *grupo de interesse* e *interesse de classe*. O primeiro refere-se aos interesses particulares de grupos capitalistas, como os grupos de pressão. O segundo refere-se aos interesses da classe capitalista

como um todo. Em razão disso, articulam-se mais claramente nos momentos em que o Modo de Produção Capitalista estiver ameaçado (ex. Golpe de 64).

O interesse de classe é mais difícil de articular-se fora de situações de ameaça estrutural, pois que, é da própria natureza do capitalismo a concorrência entre capitais.

⁶ Utilizo aqui a adequada definição feita por Wrigt Mills (1968) sobre opinião de massa e opinião pública. Enquanto a primeira decorre da massificação dos Meios de Comunicação e do conseqüente processo de divulgação de uma espécie de racionalidade única que desqualifica o “outro” (principalmente em se tratando de outro projeto político e social); a segunda implica no espaço público de discussão política por parte dos cidadãos, onde estes escolhem a partir de, no mínimo, duas alternativas.

Desta primeira dificuldade de construção de uma **racionalidade solidária** entre capitalistas, em tempos de normalidade, decorrem outras: a **dimensão tempo**, isto é, a competição entre capitais, impede os capitalistas de estabelecerem estratégias

em longo prazo, exigindo a permanente adaptação à dinâmica do mercado, assim como o problema de uma série de temas que os empresários não têm interesse, considerando-os fora do seu horizonte de competência e de interesses”.

Conseqüentemente, a ação dos grupos de interesse sobre o Estado é inadequada para explicar o caráter de classe do mesmo, pois, a natureza do Estado é diferente da natureza dos agentes do capital.

Offe aponta as particularidades do poder estatal:

EM PRIMEIRO LUGAR, o Estado precisa estabelecer estratégias de longo prazo (diferentemente do empresariado)

EM SEGUNDO LUGAR, o Estado (diferentemente do empresariado) precisa de legitimidade social, portanto, precisa fazer concessões, sempre que a sociedade civil organizada pressionar com determinação

EM TERCEIRO LUGAR, o Estado precisa articular o conjunto do interesse capitalista, não podendo ficar refém dos interesses exclusivos dos grupos capitalistas mais organizados e eficientes.

É, portanto, a partir destas considerações que Offe vai expor a sua tese sobre o caráter de classe do Estado. Segundo o autor, o Estado não é uma estrutura neutra, dependente da ação externa mas, internamente, já está adequado para realizar a valorização do capital. Para entender a realização prática

desta estrutura interna a serviço dos interesses capitalistas, Offe vale-se do conceito de **seletividade**. E o que é seleção senão, simultaneamente, exclusão, **não-acontecimento**? Desta dupla face das ações políticas, o autor vai apresentando sua compreensão do Estado.

Para Claus Offe, o Estado realiza a valorização do capital através de uma dupla seletividade:

POSITIVA



defesa da totalidade do interesse do capital
contra os interesses míopes dos capitalistas isolados e

NEGATIVA



defesa do capital contra os interesses anticapitalistas

Esta seletividade organicamente estruturada firma-se sobre **três categorias** de não-acontecimentos:

- 1** **SÓCIO-ESTRUTURAL** impossibilidade derivada da própria estrutura da sociedade capitalista
- 2** **ACIDENTAIS** reflete o privilegiamento de uma alternativa legal em detrimento de outra; poderiam ser realizados, sem afetar a estrutura social)
- 3** **SISTÊMICOS** operações de seletividade intermediárias entre os sócio-estruturais e os acidentais, mas que são, sistematicamente, excluídas de realização).

Porém, para que o Estado proceda a dupla seletividade *“naturalmente”*, realizando, simultaneamente, a seleção e a exclusão, sem que assim pareça proceder,

vale-se ele um sistema de filtros que atuam sobrepostos, reforçando-se cumulativamente. São quatro os níveis identificados por Offe.

Offe lista quatro

Sistemas de filtros do Estado:

- 1** **ESTRUTURAL**, fixado juridicamente e de fato, como por exemplo, os direitos liberais, a garantia da propriedade privada, etc
- 2** **IDEOLOGIA**, que atua no sentido de promover a percepção e articulação seletiva de problemas e conflitos sociais. É o processo de *naturalização* da seleção
- 3** **PROCESSO**: procedimentos institucionalizados da formulação e implementação política, que determinam a barganha coletiva, a administração burocrática, etc
- 4** **REPRESSÃO**: último recurso utilizado, quando os demais não foram suficientes para legitimar o processo seletivo que caracteriza o Estado

Desta interessante explicação sobre o Estado capitalista, enquanto instrumento de realização da valorização do capital, alerta o autor para a questão funda-

mental que tem comparecido, permanentemente, neste breve Caderno de Teoria Política: a questão da legitimidade. Ou seja, poder é uma relação. **E como diz Offe:**

“O exercício do poder estatal está ligado a interesses e processos societários desde que a auto-fundamentação absolutista da violência estatal encontrou seu fim com as revoluções burguesas”.

**Daí o problema estrutural do Estado capitalista:
ele “precisa simultaneamente praticar
e tornar invisível o seu caráter de classe”**

Esta é a dupla função do Estado: realizar e ocultar simultaneamente a valorização do capital. Para isso, o melhor regime político é, segundo Claus Offe, o **regime democrático**. Para ele, as estruturas formais de democracia burguesa são indispensáveis para que o Estado cumpra com eficiência sua dupla função e, por consequência, sua dupla seletividade.

de. Ao revelar o governo do Estado como resultado da vontade da maioria, atua, o governante, a partir do aval da sociedade, falando e decidindo em seu nome (novamente é oportuno lembrar Rousseau). A consequência é que a sociedade civil aparece como co-responsável pelas decisões tomadas pelo governo do Estado. Mais do que isto:

**A democracia encobre a relação de comunhão
de interesses entre o Estado capitalista e os capitalistas,
transformando o Estado no reflexo do interesse coletivo.**

*Mobilização pelo PSPN
na praça dos Três Poderes,
em Brasília, no dia 16/9/2009*



Restaria aqui, como último comentário sobre a relevante contribuição de Offe, analisar, brevemente, os anos de ditadura militar brasileira, quando rompido os instru-

mentos de acesso ao Estado através dos procedimentos democráticos, foi possível visualizar, socialmente, a estreita relação entre o Estado e os interesses capitalistas.

Não é por acaso que os movimentos sociais, populares, a Central Única dos Trabalhadores, os partidos representantes genuínos dos interesses dos (as) trabalhadores (as), atuaram, neste período, significativamente orientados por uma perspectiva não somente anti-Estado Autoritário, mas também, anticapitalista. Isto é, a dupla função do Estado não podia atuar plenamente: realizar e ocultar a valorização do capital. Não estavam disponíveis os mecanismos de ocultamento, capazes de manter legítima a seletividade estrutural do Estado.

Desocultada, a seleção estrutural do Estado era identificada pela sociedade de forma mais ou menos elaborada, pois que ela não tinha acesso aos canais de

decisão do Estado, mas, observava que os empresários não apenas faziam parte do próprio Estado, mas tinham seus canais formais e informais de acesso.

Daí, manifestações que recusam não apenas o Estado Autoritário, mas também o Estado capitalista

E tanto isto tem validade, que o processo de redemocratização do Estado brasileiro (1985), abafou e reorientou (em maior ou menor grau) os discursos e ações

das organizações políticas, populares e sociais dos (as) trabalhadores (as), anos antes de o Leste Europeu entrar em crise (1989).



Aí, um bom tema para discussão!



“Aprender é a única coisa
de que a mente
nunca se cansa,
nunca tem medo
e nunca se arrepende.”

Leonardo Da Vinci

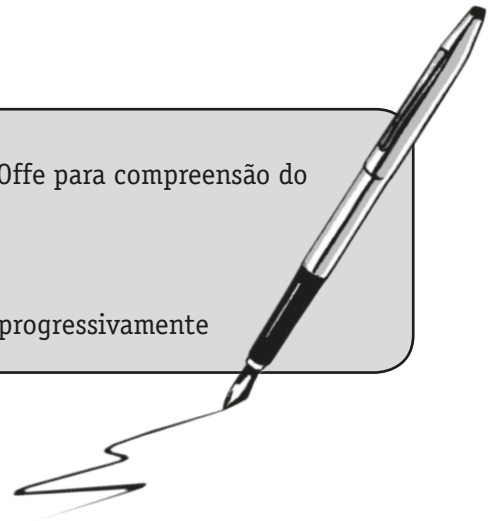
QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1

Debater a atualidade dos conceitos propostos por Marx, Gramsci e Offe para compreensão do modo capitalista e suas formas atuais de otimização?

2

De que forma os(as) trabalhadores(as) devem atuar para que progressivamente submetam o Estado aos interesses da maioria?



www.cnte.org.br





Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

Você está aqui: Início

Início

Institucional

A CNTE

Estatuto

16 de julho
Data anual
da reunião
da Lei 11.788

Sua cidade respeita a Lei do Piso?

A CNTE quer saber se o Piso Salarial Profissional Nacional do magistério é implementado na sua região. Clique aqui e dê o seu relato.

em destaque esta semana

CITE Informa 318

Quatro fatos marcam a presente semana para a educação: 1. a jovens e adultos, a partir de 18 anos de idade, terem acesso ao ensino básico por meio do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem); 2. a realização regular da referida etapa de avaliação da Prova Brasil e do Índice de Educação Básica (Ideb) de 2009; 3. a mini-reforma do capítulo VI da Lei de Educação Nacional (LEN) condizente à formação e à profissionalização de áreas; e 4. a aprovação, no Senado, do novo piso salarial nacional do magistério.

Formação superior para professores fundamental

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado aprovou, nesta terça-feira (6), o PL 280/09 que cria o ensino superior para formação obrigatória dos professores do ensino fundamental. A proposta, ainda submetida ao voto de sua comissão, prevê a criação de cursos de licenciatura em pedagogia e formação de professores em áreas de ensino.

Siga a CNTE no



RECEBA O BOLETIM

Nome

E-mail

☒ Receber em HTML

Cadastrar

Webmail CNTE

Multimídia

Vídeos

A voz da Educação

Clipeando

Educação

CITE

Calendário

11ª Semana Educação

Greve pelo Piso 16/03/10

O piso é lei

Mobilização pelo Piso

Conferências Estaduais

Fala Educador(a)

10ª Semana Educação

8ª Semana Educação

Conselhos Regionais

Site e Formação

Acesse o site da CNTE e fique por dentro de tudo o que acontece na **educação pública no Brasil.**



Canal de vídeos
no **YouTube**



Notícias rápidas
no **Twitter**



Programa de rádio
A Voz da Educação



Matérias especiais
no **CNTE TV**



Notícias atualizadas
no **CNTE Informa**



Capítulo 3

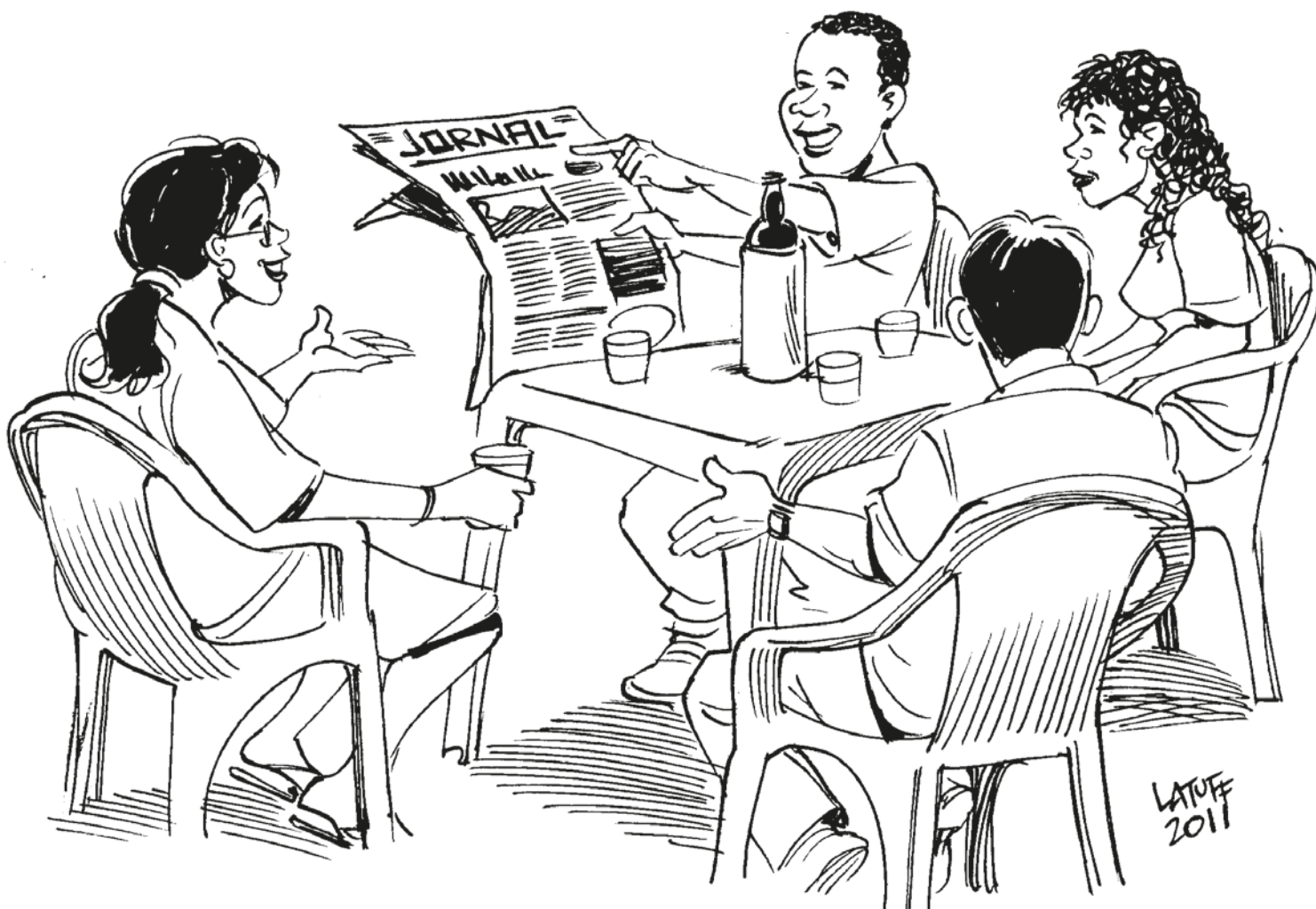
Principais Projetos Políticos e Sociais

Três séculos de Projetos Políticos e Sociais

Ao longo da história, temos assistido às disputas entre projetos políticos e sociais que demarcam os campos ideológicos e que refletem, indiscutivelmente, o projeto de sociedade e a visão de mundo

que seus partidários têm. Ou seja, todo projeto político está orientado por um projeto de sociedade e, portanto, por uma visão de mundo, como bem definia Gramsci ao destacar o papel da ideologia.

Assim, nas páginas das revistas científicas ou nos informativos cotidianos, nos bate-papos informais que comentam sobre política partidária ou nos debates formais estão, sempre presentes, os projetos políticos e sociais que organizam os discursos e as práticas políticas dos homens.



Quando assistimos às disputas eleitorais onde os candidatos expõem seus programas de governo, estão, implicitamente, expondo seu projeto de sociedade, através da sua plataforma política. E embora não o façam explicitamente o fazem concretamente.

Como nossa tradição eleitoral tem sido (oportuna-mente) construída sobre a exposição e exploração da figura do candidato, ao invés do programa do mesmo, nossa experiência política com a democracia representativa tem sido marcada por um forte sentimento de impotência e de desesperança. Isto é:

Como, historicamente, não analisamos o projeto, mas, sim, a figura do candidato, acreditamos que mudando o candidato, estamos mudando os rumos da política do governo, quando na verdade estamos apenas mudando as figuras de frente.

Porém, ao não termos clareza sobre isso (pois não temos a cultura da participação comprometida com a vida política do país), somos empurrados para um descrédito com a política e com as vias institucionais de transformação da vida econômica e social. Ou seja:

Ao dissociar o projeto político do candidato, acreditamos que as transformações seriam processadas não pelo partido (projeto), mas pelo candidato. Forma-se, assim, o círculo vicioso que tende a considerar, socialmente, todos partidos iguais e toda vida política institucionalizada uma farsa, onde comparecemos como figurantes

Obviamente, que este círculo vicioso que tem como consequência a **apatia política**, é extremamente **importante para a continuidade no poder do mes-**

mo projeto (reciclando apenas as figuras). Não é por acaso, portanto, que Gramsci, em um instigante estudo sobre o Estado moderno, afirmou que:

“Os grandes industriais utilizam alternadamente todos os partidos existentes, mas não têm um partido próprio”.

É, pois, sobre estes projetos que vamos então discorrer a partir de agora, fornecendo um mínimo de instrumentos para que possamos nos situar dentro do espectro político mais geral.

Liberalismo Clássico

O projeto liberal clássico é aquele constituído a partir, principalmente, das idéias desenvolvidas por John Locke, onde a individualidade,

a livre iniciativa (trabalho) e a propriedade são as molas propulsoras do desenvolvimento particular e coletivo.

Se contrapor ao Estado Absoluto, este que organizava a vida coletiva do período feudal:

onde os indivíduos estavam sujeitos

- ✓ aos desmandos do Monarca
- ✓ à desigualdade social
- ✓ à desigualdade civil

e a liberdade de opinião e escolha não eram uma garantia para todos;

**A burguesia emergente,
apoiada no, também emergente, proletariado:
Promoveu uma luta revolucionária para destruir este estado
de coisas e instaurar uma sociedade e um Estado organizados
sobre o princípio da liberdade e da igualdade civil.**

Obviamente que, enquanto a burguesia lutava pela liberdade e igualdade civil, o que lhes garantiria a formalização dos contratos de trabalho e a consequente responsabilização pessoal pelo êxito ou fracasso social, o proletariado lutava pela ampliação da igualdade e liberdade, não apenas civil, mas também social.

Os desdobramentos da Revolução Francesa representam um marco histórico, no sentido de institucionalizar a igualdade e a liberdade civil.

**Neste sentido, os liberais
são profundamente revolucionários,
tendo em vista a destruição das formas
de organização e institucionalização
da vida social e política feudal.**

Defendendo a plena liberdade dos homens, seja religiosa, de opinião, de pensamento, os liberais clássicos organizaram seu projeto de sociedade a partir da compreensão de que todos os homens devem ter plena liberdade e igualdade civil, para poderem expressar-se e trabalhar.

Apoiados na concepção de sociedade de **JOHN LOCKE**, segundo a qual os homens nascem livres, iguais e racionais e que se expressam, naturalmente, através do trabalho, garantindo assim a propriedade privada, os liberais clássicos defendem a plena liberdade de iniciativa particular e recusam qualquer intervenção do Estado na economia.

ADAM SMITH, um dos economistas clássicos de inspiração liberal, afirmava que as relações livres de mercado (ou seja, sem interferência do Estado), permitem a realização individual e, simultaneamente, a coletiva, na exata medida em que o indivíduo ao realizar o seu interesse particular, acaba desencadeando a

realização do interesse coletivo, pois desencadeia um conjunto de consequências econômicas e sociais que acaba promovendo o interesse coletivo.

Trata-se, como definia Smith, da “mão invisível do mercado”.

Desta forma, os liberais clássicos entendem que o Estado deve estar a serviço dos cidadãos e não o inverso, como ocorre nos Estados autoritários.

Para os liberais clássicos, o Estado é um mal necessário, responsável:

- ✓ pelo cumprimento dos contratos,
- ✓ pela soberania da nação
- ✓ pela segurança.

Sua atuação deve ser restrita à garantia: das condições necessárias para que os cidadãos possam desenvolver suas habilidades econômicas.

Dentre os liberais clássicos, no entanto, um pensador destacou-se por defender, mais claramente, a **responsabilidade social do Estado**, para que os indivíduos possam disputar, igualmente, as oportunidades

do mercado. **STUART MILL** defendia a plena liberdade e a igualdade civil dos homens, assim como a responsabilidade pessoal dos indivíduos pela sua posição social, mas, entendia que:

Não era possível garantir a todos a igual disputa das oportunidades, se muitos não tinham as condições necessárias para preparar-se para tais disputas.

Defendia que o Estado deveria cumprir com seu papel social necessário à garantia de cidadania mínima aos indivíduos, provendo segurança, saúde e educação para todos. Este

é, aliás, um dos aspectos que mais claramente demarca a diferença entre os liberais clássicos e os neoliberais, como veremos no decorrer deste rápido material para reflexão.

Socialismo Científico

O Socialismo é uma resposta ao Liberalismo, assim como o Liberalismo foi a contraposição ao Estado Feudal. O Socialismo surge, principalmente, a partir das condições reais de trabalho e sobrevivência dos(as) trabalhadores(as) nas indústrias capitalistas.

Muitos pensadores foram sendo tocados pelas péssimas condições de vida dos(as) trabalhadores(as), onde homens, mulheres e crianças eram expostos a condições insalubres de trabalho, com **jornadas extensivas de até 18 horas diárias**, com salários irrisórios e sem direitos garantidos. Ou seja, o que estes

pensadores começaram a perceber é que a **“liberdade e a igualdade” era a liberdade de mercado**, onde aqueles que detinham as indústrias impunham suas condições e aqueles que precisavam trabalhar para sobreviver detinham a igualdade de carências para serem obrigados a aceitá-las.

Muitos destes primeiros socialistas são considerados *SOCIALISTAS UTÓPICOS*,

pois partilhavam o ideal de uma sociedade mais justa e igualitária, porém, por não conhecerem as entranhas do modo de produção capitalista, **não sabiam como promover tais transformações rumo a uma sociedade socialista.**

Muitos destes socialistas utópicos realizaram alternativas isoladas de coletivização, as quais, estavam fadadas ao fracasso.

Entre os defensores socialistas, que marcam o socialismo utópico, figuram Robert Owen, Graco Babeuf e Charles Fourier. Também Rousseau figura entre os socialistas utópicos.

Porém, é com Karl Marx e Friedrich Engels, que o projeto socialista dará um salto de qualidade significativo.

Com o lançamento do Manifesto do Partido Comunista, em 1848, estes dois autores cravam um marco na história de luta pelo socialismo: agora se trata não mais de um projeto utópico, mas um projeto marcado pelo conhecimento científico, isto é, o socialismo científico, como ficou conhecido historicamente.

Marx e Engels, mais do que idealizar uma sociedade mais justa e igualitária, procedem ao estudo das profundezas das sociedades que marcam a história da humanidade e, em particular, da sociedade capitalista. Desvendando as engrenagens que movimentam a sociedade capitalista, nos seus mais íntimos processos, sejam eles econômicos, sociais, políticos, legais, filosóficos ou históricos.

Marx e Engels vão descobrindo também as raízes da desigualdade social entre os homens

E ao descobri-las, vão revelando as condições para sua superação.

O Socialismo Científico é então a resposta objetiva às condições de produção material e social do modo de produção capitalista. Não se trata mais de um ideal sem fundamento objetivo, mas de um projeto concreto, realizável.

O projeto socialista parte da compreensão de que:

- 1 As sociedades, ao longo da história da humanidade, sempre estiveram atravessadas pela divisão social entre classes fundamentais.**
- 2 O pertencimento a uma ou outra classe, do ponto de vista econômico, é definido pela propriedade ou não dos meios de produção.**

Neste sentido, os(as) trabalhadores (as), por não deterem os meios de produção e precisarem vender sua força de trabalho para sobreviver, encontram-se em condições objetivas desiguais para o exercício da liberdade (e da pseudo-igualdade) propagandeada pelos liberais.

Compreendendo que a raiz das desigualdades (e das classes sociais) está na apropriação privada do trabalho social (mais-valia), a qual é garantida pela propriedade privada dos meios de produção, Marx e Engels defendem a **socialização dos meios de produção e dos meios de governar**, ou seja, a democratização radical, a qual só é possível quando os homens gozam de condições não meramente formais, mas objetivas de igualdade.

Tal socialização somente será possível através da revolução social, pois nenhuma classe conspira contra si mesma. Era evidente, para Marx, que a classe burguesa tolera a democracia representativa apenas enquanto não se sente ameaçada. Portanto:

Marx não reconhecia nenhuma possibilidade de chegar ao socialismo via democracia progressiva, mas somente através da Revolução proletária.

Mais: Marx e Engels compreendem que:

- ➔ O Estado, nas sociedades civis, cumpriu o papel de legitimar e reproduzir as desigualdades sociais, políticas e econômicas, através do ordenamento jurídico e do uso da força.
- ➔ Por isso, defendem a sua destruição imediata e a formação de um Estado provisório, denominado ditadura do proletariado.

O que é a ditadura do proletariado ?

Os proletários, após a revolução, iriam proceder as transformações mais lentas, arraigadas na cultura orientada pela lógica capitalista e que conformam não somente nossos valores, nossas instituições, mas também nossa individualidade. Ou seja, se a socialização dos meios de produção pode ser efetuada mais rapidamente, a cultural é bem mais lenta, pois

representa transformações na forma de pensar, agir e sociabilizar-se.

Outra característica fundamental do Socialismo Científico é a internacionalização do socialismo, pois Marx e Engels tinham perfeita clareza sobre a tendência avassaladora de globalização do capitalismo:

“A necessidade de expansão constante do mercado impele a burguesia a estender-se por todo o globo.

Necessita estabelecer-se em toda parte explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. (...) Em suma, visa formar o mundo à sua imagem e semelhança.”

Era, como afirmavam, uma condição de sobrevivência do socialismo, a sua internacionalização, já que os proletários

em maior ou menor grau, dependendo dos países em questão, são sempre explorados. Ou seja:

**Entre o socialismo e o capitalismo,
não há conciliação possível.
A existência de um significa,
necessariamente, a destruição do outro,
pois um nega os fundamentos do outro.**

Social Democracia

**A Social-Democracia representa, justamente:
Uma tentativa de conciliar o socialismo
com a preservação do capitalismo.**

De que forma?

Defendendo reformas dentro do capitalismo, ou seja, sem ruptura com as relações de propriedade dos meios de produção.

Assim, a Social-Democracia partilha (até pela sua formação histórica) da mesma concepção de sociedade que os Socialistas, isto é, a existência de classes antagônicas com interesses opostos (oposição entre capital e trabalho). Porém, os Social-Democratas defendem que **o avanço rumo ao Socialismo somente será possível via progressividade democrática**. A via institucional (e não a revolucionária como defendem os socialistas) é o caminho para as transformações sociais pretendidas.

A Social-Democracia, inspirada pela possibilidade do avanço democrático, sem rupturas, acaba por defender, na prática, a harmonização entre capital e trabalho.

O Estado é chamado a exercer um papel fundamental tanto na esfera da economia, quanto das garantias sociais fundamentais dos cidadãos.

Nos situando historicamente, percebemos que as experiências social-democratas no governo do Estado, principalmente nos países europeus, data do período pós-29, quando da violenta Depressão que se alastrou nos países centrais, com o crescimento das falências de empresas e demissões em massa. Neste mesmo período, a URSS socialista estava em pleno desenvolvimento e muitos capitalistas assustados temeram pela continuidade do capitalismo, pois os(as) trabalhadores(as) desempregados e desesperados poderiam, cada vez mais, encantarem-se com o socialismo que garantia pleno emprego, educação, saúde etc.

Deste contexto que **MAYNARD KEYNES**, um economista de inspiração liberal, desenvolve uma proposta econômica onde o Estado deveria ser o princípio de um desenvolvimento circular, estimulando a produção econômica

que, por sua vez, voltaria a empregar, aumentando o dinheiro em circulação através da massa de salários, o que demandaria mais consumo, provocando mais produção e, por sua vez, mais trabalhadores empregados.



Ou seja, o Estado tinha um papel fundamental para reduzir o risco de uma revolução socialista no centro do mundo capitalista.

Porém, quem vai aplicar estas idéias são os governos social-democratas que assumem o poder sem uma proposta econômica viável. Há, portanto, por parte destes social-democratas, uma conjunção entre os princípios doutrinadores da social-democracia com o plano econômico de inspiração liberal clássica.

No poder do Estado, os social-democratas, que sempre reconheceram a divisão social classista das sociedades capitalistas, atuam no sentido de implementar a máxima que orienta seu projeto:

Harmonização do conflito entre capital e trabalho, através da ação necessária do Estado.

Neste sentido, reconhecem legitimidade nas organizações coletivas, sejam elas populares, sindicais ou sociais. Tanto patronais quanto dos(as) trabalhadores(as). E este é um marco distintivo fundamental dos governos social-democratas.

**Para os social-democratas, as lutas sociais,
que refletem interesses opostos,
são parte natural de um processo democrático.**

Assim, quanto mais foram se organizando os movimentos classistas de trabalhadores, aumentando suas demandas, ampliando o espectro e a abrangência

dos direitos sociais, mais o Estado foi conformando-se como Estado Keynesiano, welfare state ou **Estado do Bem-Estar Social**, como conhecemos.

Para Keynes...

**O Estado do Bem-Estar Social
representa a ampliação da democracia**

Nesta visão...

Cada vez mais, a cidadania foi constituindo-se como um direito de todos, independente da inserção

individual no mercado de trabalho. É a democracia social, destacada pelo cientista social Marshall.

Para Marshall, a democracia social...

**decorre das lutas desenvolvidas pelos(as)
trabalhadores(as) organizados
frente aos governos social-democratas.**

Estes respeitam as lutas sociais como manifestação legítima das diferenças estruturais dentro de uma sociedade classista.

Dentre os principais teóricos da Social-Democracia na atualidade, está Adam Przeworski, o qual considera que o Socialismo é um projeto belo, porém, irrealizável e o capitalismo é um projeto inviável, pelo seu grau de exclusão social.

Interessante ressaltar, aqui, que o argumento central de Przeworski está assentado sobre a concepção de natureza humana, segundo o qual o homem no poder (dentro de uma sociedade socialista) acabaria, necessariamente, dando vazão para a sua ambição e egoísmo, comprometendo o ideal socialista.

Dentre os teóricos clássicos podemos citar **EDUARD BERNSTEIN**.

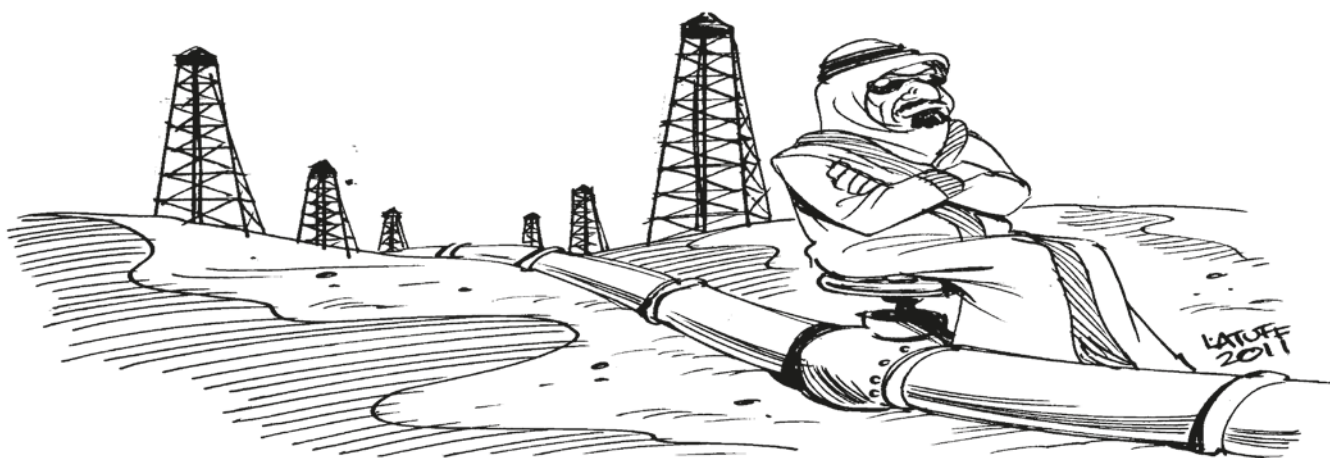
Neoliberalismo

Considerado um dos pais do Neoliberalismo, o austríaco **FRIEDRICH VON HAYEK**, no seu livro *O Caminho da Servidão*, no início da década de 40, **tecia duras críticas ao aprofundamento da intervenção do Estado na economia**, impedindo e comprometendo a livre iniciativa e o pleno desenvolvimento econômico.

Em 1944, porém, suas críticas não encontraram eco social, já que o Estado do Bem-Estar Social, que se

consolidava no pós-guerra, era um anseio social bastante difundido.

Quando o capitalismo entrou em crise, com a crise do petróleo em 1973/79, aqueles liberais indignados alcançaram abrangência social e suas idéias (assim como do economista norte-americano Milton Friedmann) começaram a ser partilhadas, convertendo-se em:



**Um projeto político e social
que resgata os princípios do Liberalismo Clássico.
Porém, agora, sem mais o caráter que o distinguia,
ou seja, a responsabilidade social do Estado.**

O Neoliberalismo do final dos anos 70 e início dos anos 80

As primeiras experiências de governo neoliberal foram a inglesa, com **Margareth Thatcher**, e a norte-americana, com **Ronald Reagan**, que representaram a contraposição pontual a tudo o que caracterizou a Social-Democracia no governo do Estado.

Segundo os Neoliberais, os principais responsáveis pela crise do capitalismo foram os sindicatos e movimentos sociais organizados dos (as) trabalhadores (as),

os quais tornaram o Estado deficitário, hipertrofiado e ineficiente. O excesso de demandas sobre o Estado ou, como dizem alguns, mais explicitamente:

**O “excesso de democracia”,
comprometeu as condições
de governabilidade do Estado.**

**Assim, um dos pilares do Neoliberalismo
é o ataque às organizações sociais
e sindicais dos(as) trabalhadores(as).**

E também:

👉 **A plena e irrestrita liberdade de mercado,**
o qual funciona como um grande computador central, onde os interesses individuais acabam por realizar o interesse coletivo (ou seja, é a nova versão da “mão invisível” de Adam Smith)

👉 **A remercantilização da força de trabalho,**
a qual, segundo os neoliberais, ao ser estabelecida pelos pisos salariais das categorias profissionais (como se caracterizou nos governos social-democratas), acabam por comprometer as condições de investimento e produção dos empresários

👉 **A redução do tamanho do Estado,**
principalmente, no que concerne às políticas sociais

👉 **A privatização**

Desta forma, ao atacar intransigente e constantemente as organizações sociais e sindicais dos(as) trabalhadores(as), o Neoliberalismo não apenas preconiza a quebra da espinha dorsal daqueles que fundaram o Estado do Bem-Estar Social (que os neoliberais condenam), senão que comprometem, significativamente, o espaço de realização democrática.

Defendendo a redução do Estado e os cortes nas despesas sociais, os Neoliberais entendem que o Estado do Bem-Estar Social é paternalista, assistencialista e um estímulo à preguiça, já que cada indivíduo deve garantir, por sua conta, sua sobrevivência.

A questão que se coloca é:
como é possível
- dentro de um mundo
que cada vez mais avança
para o desemprego estrutural
e a exclusão social –
os(as) trabalhadores(as) garantirem
a sua sobrevivência sem trabalho?

Um projeto que promove a antropofagia social e a omissão estatal

Anos 1990... a entrada do neoliberalismo no Brasil

No Brasil, apesar de não termos vivenciado a experiência do Estado do Bem-Estar Social, o Neoliberalismo começou a ser implementado com o governo Fernando

Collor e foi aprofundado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que pese seu partido nomear-se Partido da Social-Democracia do Brasil (PSDB).

Em relação aos demais países da América Latina, o ajuste de inspiração neoliberal chegou tardiamente ao Brasil.

Não se legitimou plenamente durante o breve período Collor de Mello, patinou no interregno Itamar Franco e, finalmente, se fez na dupla Presidência de Fernando Henrique. A resistência popular e as reticências do empresariado, nos anos 80, contribuíram em muito para que esse atraso ocorresse.

É oportuno observar, no entanto, que quando FHC chegou à Presidência, aplicando tardiamente o ideário do **Consenso de Washington**, já apareciam no mundo as primeiras fissuras na proposta neoliberal. Basta lembrar o desencadeamento, dias antes do início do

governo FHC, da crise mexicana, cujas conseqüências (o “efeito tequila”) se fariam sentir, fortemente, aqui.

O Brasil, acreditava FHC, como acreditara antes Collor, ainda que com menos visão estratégica, poderia tirar proveito do contexto internacional para garantir inserção competitiva na economia globalizada. Teria apenas de “fazer o dever de casa”, especialmente, aquele codificado pelo FMI. O ajuste devolver-lhe-ia a credibilidade, contribuindo para atrair capitais produtivos e especulativos, permitindo seu modelo funcionar.

O “dever de casa” brasileiro, como antes dele o argentino, não foi capaz de tirar o país da zona de vulnerabilidade. Ao contrário, aumentou sua instabilidade e dependência externa.

Terceira Via

A Terceira Via é uma proposta que tem como mentor intelectual o sociólogo britânico Anthony Giddens.

Seus principais articuladores têm sido o Primeiro Ministro inglês Tony Blair e o Chanceler alemão Gerhard Schroeder.

Mas, o que representa a Terceira Via?

Auto definindo-se como uma alternativa entre o Neoliberalismo e a Social-Democracia, os representantes da Terceira Via propõem-se a humanização do capitalismo, com a diminuição das desigualdades sociais.

Ou seja, defendem a solidariedade e a inclusão social.

A Terceira Via, embora afirme resgatar valores da Social-Democracia, enquanto compromisso social, rejeita a concepção de classes sociais e retoma o princípio da sociedade como conglomerado

de indivíduos. A filosofia da Terceira Via assenta-se, segundo seu mentor intelectual, Anthony Giddens, em articular o sentido das três grandes revoluções:

- 1 - A globalização
- 2 - As transformações das intimidades
- 3 - A mudança do relacionamento do homem com a natureza

“A modernidade acreditou que, como coletivo humano, quanto mais soubéssemos sobre a realidade social e material, mais seríamos capazes de controlá-las em benefício dos nossos interesses e nos tornaríamos mestres do nosso próprio destino. Bem ao contrário, o mundo de hoje é aquele da incerteza e do risco produzidos. A globalização tem significado a transformação dos sistema econômicos e da estratificação, assim como dos contextos da experiência social - o cotidiano, as intimidades da existência pessoal e as tradições culturais e políticas herdadas, o que tem expandido a reflexividade social.” (Giddens)

e Giddens conclui...

"O mundo demanda uma política radical reconstruída, traçada a partir do conservadorismo filosófico, mas, também, preservando valores associados ao socialismo, visando a democratização da democracia"⁷

Os defensores da Terceira Via propõem:

- ✓ A reforma do Estado
- ✓ A criação de fórmulas para o desenvolvimento sustentado
- ✓ A revitalização da sociedade civil
- ✓ A preocupação com uma nova política internacional.

A Terceira Via defende um Estado capaz de novas habilidades, principalmente, através do trabalho em parceria com os setores privados e voluntários e da divisão de responsabilidades. Deve equiparar-se ao setor privado, tanto no compartilhamento de responsabilidade quanto na sua obrigação de prestar contas a um público cada vez mais exigente, segundo as idéias defendidas por Tony Blair.

A questão é saber: como é isto frente a uma realidade atravessada por exclusões e onde o Estado, ao invés de tomar a si suas responsabilidades sociais para com os excluídos, cada vez mais aposta na sua diminuição.

**A Terceira Via
tem profunda semelhança com o projeto Neoliberal.
Reveste-se de um discurso mais solidário,
porém, mantêm as ações que garantem
a prática neoliberal e conseqüente exclusão.**

⁷ Admirável Mundo Novo: o novo contexto da política. Anthony Giddens

A Experiência do Leste Europeu

A experiência do *Socialismo realmente existente*, que marcou as experiências do Leste Europeu, da China, de Cuba etc, mereceria um debate bastante profundo.

No entanto, para o propósito que aqui nos guia, vamos destacar, em primeiro lugar, o problema de utilizar elementos diversos para analisar as falhas de um determinado projeto social radicalmente distinto. É o caso de comparar o socialismo e o capitalismo, não enquanto escolha entre um e outro (o que é salutar),

mas comparar um ao outro para demonstrar, a partir de concepções distintas, o que levou um à derrocada e outro à supremacia. É como se para analisarmos as particularidades do comportamento de determinadas mulheres as comparássemos ao comportamento padrão dos homens, ao invés de compará-las a outras mulheres.

Feita esta observação, cabe-nos abordar, rapidamente, as razões que levaram a primeira Revolução Socialista (Rússia: 1917) à experiência totalitária stalinista, que foi a negação prática do projeto socialista defendido por Marx e Engels.

Em primeiro lugar, há um processo de comprometimento da Revolução a partir da morte de Lênin em 1924. Há o que Trotsky definia como processo de degeneração do Estado operário, quando os principais pressupostos do socialismo (científico) foram sendo, continuamente, comprometidos.

Defendiam, Marx e Engels, que a

Revolução Proletária deveria ser produto da ação revolucionária dos (as) trabalhadores (as), a partir do fortalecimento da consciência de classe para si, através de partidos operárioclassistas, em que os(as) trabalhadores(as) eram os sujeitos da história e não meros coadjuvantes, como se transformaram depois, com Stálin.

**O que significa dizer:
Em Marx há a exigência
da democracia proletária radical.**

A ditadura do proletariado era um período provisório, de adequação ao novo modo de produção socialista, necessário para a destruição das relações econômicas, sociais, ideológicas, jurídicas etc, que dão sustentação ao modo de produção capitalista.

Neste período de direção da ditadura do proletariado, o Estado capitalista é destruído, para dar lugar a um Estado provisório, adequado aos interesses da sociedade socialista; Estado, este, que vai definhando conforme vai cumprindo com suas funções. Ou seja:

Ou seja...

Este Estado compreendido enquanto instrumento de dominação de classe vai definhando, pois, que o Socialismo vem justamente para romper com a divisão social dos homens em classes.

O que não significa que outra forma de organização política, estratégica, administrativa não se faça necessária para uma sociedade socialista.

mas...

O que aconteceu na União Soviética ?

Na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS):

Ao invés da democracia radical, houve o totalitarismo.

Ao invés da ditadura do proletariado, houve a ditadura do partido.

Quem estava na direção do partido? Stálin.

Ao invés da socialização dos meios de produção, houve a estatização destes meios. O Estado, por sua vez, estava sob o domínio do partido.

Ao invés da internacionalização do socialismo, houve a defesa e a implementação do socialismo em um só país, sob o argumento de que, primeiro, era preciso consolidar o socialismo, para depois internacionalizá-lo. As consequências são visíveis: em um mundo marcado pela internacionalização do capital, ficar isolado significa fragilizar-se, expor-se à inviabilidade.

Vide o que acontece com Cuba hoje!

Aliás, é importante destacar, aqui, a questão da estatização dos meios de produção e da burocracia que dominava o Estado operário.

Segundo alguns estudiosos, o Estado soviético caracterizou-se pelo CAPITALISMO DE ESTADO. É preciso atentar para um aspecto interessante: a propriedade

estatal dos meios de produção (e os benefícios deles decorrentes) que eram utilizados de forma privilegiada pelos burocratas comunistas não podiam ser apropriadas, privadamente, ou repassadas sob a forma de herança.

Daí o cuidado necessário na utilização do termo capitalista.

Dois aspectos importantes:

1

A existência, nos primeiros anos da Revolução, dos soviets, dos conselhos deliberativo dos proletários, os quais foram asfixiados e destruídos com a mudança no rumo da revolução, pós 1924

2

As políticas de pleno emprego, saúde, educação etc. Pois, como temos dito, desde o primeiro momento deste Caderno, nenhum governo se mantém muito tempo sem legitimidade social.

Não é por acaso que, muitos críticos do socialismo temiam as reações sociais dos ex-socialistas dentro de uma sociedade regida pela lógica do capital, pois

que vivenciaram 70 anos de garantias sociais que não teriam na sociedade capitalista. Interessante olhar, hoje, como estão às eleições nos países excomunistas!

Trotsky, no seu livro intitulado A Revolução Traída, já em 1938(!), dizia que se não fosse feita uma revolução política, retomando os princípios socialistas, a Rússia caminharia, inevitavelmente, para o retorno às relações capitalistas de produção, porém, na condição de país de 3º mundo.

Veja como a questão da derrocada do Leste Europeu e dos descaminhos da Revolução proletária não foram uma novidade do final da década

de 80. Aliás, os maiores e mais contundentes críticos dos descaminhos do socialismo são os próprios socialistas.

Como o socialismo é um projeto em aberto, encerro estas considerações provocando algumas questões para reflexão:

Será o socialismo uma impossibilidade histórica?

Será o socialismo uma possibilidade ainda em vias de se realizar, onde as experiências do socialismo realmente existente devem servir para corrigir os erros, amadurecendo sua realização?

Será que não devemos prestar atenção em como se conforma a nossa individualidade?

Será que somos, como acreditava Hobbes (e Przeworski)

homens maus por natureza e, portanto, nenhuma sociedade socialista é possível?

Ou será que, como acreditava Marx, a individualidade é produto

da totalidade das relações sociais que o indivíduo estabelece em sociedade?

E, portanto, é possível construir uma outra individualidade mais solidária, onde

o termo individualidade seja apenas sinônimo de singularidade e não de egoísmo?

Será que estamos fadados a uma sociedade excludente e injusta?

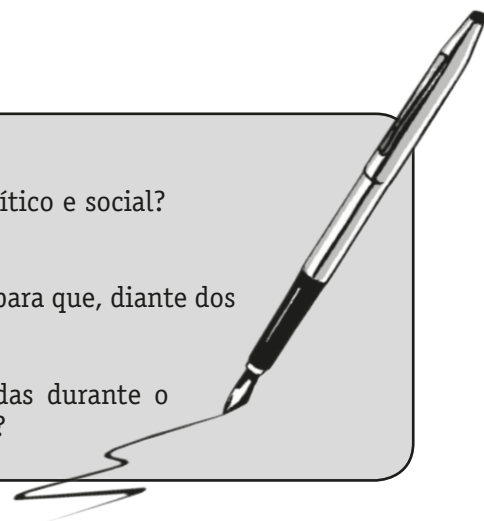
DAS UTOPIAS

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos se não fora
A mágica presença das estrelas!

Mario Quintana - (Espelho Mágico)

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 Podemos afirmar historicamente a “perenidade” de um projeto político e social?
- 2 Quais os parâmetros de atuação que a classe trabalhadora deve ter para que, diante dos projetos políticos e sociais, mantenham sua hegemonia?
- 3 Por que as experiências “socialistas e comunistas”, implementadas durante o século XX, tiveram e ainda apresentam dificuldades em se manter?



Capítulo 4

Em questão a problemática da democracia

A democracia tem sido expressão corrente nos dias atuais. Associada à idéia do politicamente correto, a democracia tem integrado tanto os discursos efetivamente democráticos, quanto aqueles efetivamente avessos à sua realização.

A Democracia segundo Norberto Bobbio:

Em um instigante livro intitulado *O futuro da democracia - Uma defesa da regra do jogo*, Norberto Bobbio discorre, competentemente, sobre a problemática da democracia, definindo-a como um

“conjunto de regras e procedimentos para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”.

Bobbio alerta que tal prática democrática implica, necessariamente, na existência de um “governo das leis”. Leis, obviamente, extensivas a todos os cidadãos de um determinado Estado. Desta forma, a existência do regime democrático está diretamente relacionada a um ordenamento que:

“apenas é possível se aqueles que exercem poderes em todos os níveis puderem ser controlados em última instância pelos possuidores originários do poder fundamental, os indivíduos singulares”.

A associação da democracia à existência e ao respeito às leis por parte de todos os cidadãos e, em particular, daqueles que, em determinado momento, detêm o poder do Estado, nos permite discutir democracia a partir da contribuição dos pensadores clássicos da ciência política, em especial Locke e Rousseau.

EM LOCKE, é possível encontrar a gênese da afirmação de Bobbio sobre inevitabilidade da igualdade civil entre os homens, como condição para o controle daqueles que os representam, que representam os verdadeiros originários do poder.

EM ROUSSEAU a discussão nos remete ao questionamento da possibilidade real de existência da democracia política (assentada sobre a igualdade civil) quando inexiste democracia social. É essa a grande interrogação de Rousseau.

Será que é possível igualdade civil sem igualdade social

Certamente que estas questões não são novas, nem tão pouco foram (ou são passíveis de serem respondidas) de forma unificada. Isto porque, tais respostas implicam em uma concepção de sociedade e de relações de poder que orientam os projetos sociais e políticos que disputam a hegemonia.

Desta forma, vamos nos deter, primeiramente, na contribuição daqueles pensadores que defendem a democracia política como elemento fundamental para a

ampliação dos direitos sociais e da universalização dos mesmos.

Recusando a associação entre igualdade civil e igualdade social, estes autores investem, assim como Bobbio, na necessidade de cumprimento das regras socialmente estabelecidas. É a *defesa das regras do jogo*, válidas para todos os cidadãos, que garante a existência prática da democracia enquanto resultado da vontade da maioria.

0 respeito à vontade da maioria

O respeito às leis baseia-se no respeito às regras e aos procedimentos socialmente estabelecidos.

[Para o pensador francês **Tocqueville** significava a “*tiranania da maioria*”]

E para o cientista político norte-americano **Robert Dahl** significa a “*tiranania dos não proprietários*”]

Como afirma **Adam Przeworski**,

“a democracia é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza”.

Ou seja:

a democracia aparece-lhes como

“um sistema em que cada um faz o que considera melhor e, depois, os resultados são definidos pela sorte.

A democracia cria a aparência de incerteza, porque é um sistema de ação estratégica generalizada em que o conhecimento é inevitavelmente particular”.

Dentro desta perspectiva, o eixo da prática democrática está assentado sobre o respeito às instituições e à vontade popular. E isso, independente dos resultados (incertos) para

aqueles que disputam a aquiescência popular para a implementação do seu projeto de governo e, portanto, de sociedade.

Não é por acaso, portanto, que autores como Guillermo O'Donnell (1988) tenha destacado com tanta veemência: **a importância do respeito (principalmente por parte das elites dominan-**

tes) às instituições democráticas, como elemento fundamental para a construção da democracia nos países latino-americanos, depois de um longo período de autoritarismo institucionalizado.

A questão fundamental, no entanto, é que toda formalidade institucional que garante a todos os cidadãos a igualdade civil para manifestação das suas políticas, expõe sempre a problemática de fundo: até que ponto a desigualdade social não se converte em desigualdade civil

Em que pese a vertente liberal que orienta as instigantes discussões enfocadas por Bobbio, este autor não se omite em apontar os limites de uma democracia que parte em várias partes o mesmo indivíduo. Ou seja:

O mesmo cidadão que decide, a princípio, pelos destinos do país dentro de um regime democrático, na maioria das vezes, é impedido, explícita ou implicitamente, de opinar ou de associar-se ao seu

sindicato, no âmbito do seu local de trabalho.

E é neste sentido que Bobbio questiona a necessidade da ampliação da democracia. Afirma o autor que não é mais possível que nos contentemos em apontar **quantos** podem votar (o sufrágio universal) como demonstração democrática: é preciso que comecemos a nos questionar sobre **onde** votamos. A questão, porém é que Bobbio não avança para a necessidade de nos questionar sobre **em que condições** votamos.



Retorna-se, assim, à problemática inicial...

É possível democracia política sem democracia social ?

Como, sagazmente, observa Marilena Chauí:

“Partidos e parlamentares não representam interesses conflitantes igualmente representados: no máximo sancionam um jogo sócio-econômico que lhes escapa. Compreende-se porque as tentativas de democracia direta (...) sejam tomadas como um fantasma a ser exorcizado. Quando, hoje, se reafirma que a igualdade democrática é política e não social e econômica, ainda assim a noção de representação não pode mais satisfazer ao quesito da igualdade, pois para a desigualdade social e econômica pudesse democraticamente manifestar-se como igualdade política, seria preciso que as diferenças de classe e de grupos interferissem diretamente nas decisões, o que supõe, pelo menos, igualdade de participação e não de representação”. (Apud Benevides. 1991; 101)

Dentro desta perspectiva, é fundamental resgatar as reflexões de C. Wright Mills (1968) sobre sociedade de massas.

Analisando a diferença entre opinião pública e opinião de massas, Mills afirma que a existência da

opinião pública exige a existência de público, ou seja, de espaço público onde os iguais (segundo conceito clássico de democracia grega) possam discutir e escolher, democraticamente, entre as opções que se apresentam a partir do princípio da isonomia.

Contraposto à existência do público, existe a massa, este composto homogêneo onde as opiniões das identidades massificadas representam tão apenas a aquiescência (ou não) às idéias e aos projetos massificados por meio da mídia.

**Ou seja, a massificação
é a recusa prática da existência do público.**

Mais do que isto:

Como produzir opinião pública se a propriedade monopólica dos Meios de Comunicação rejeitam (ou restringem ao máximo) os espaços para a exposição de opiniões outras, que não aquelas que atendem aos interesses dominantes?

Como construir opinião pública se a divergência das idéias e dos projetos não gozam de isonomia?

Como conquistar hegemonia se os espaços públicos estão comprometidos pela ação não-democrática dos Meios de Comunicação e pela construção contemporânea das opiniões de massa que, em verdade, reproduzem uma espécie de **pensamento único** que rejeitam e discriminam aqueles que divergem?

Será possível democracia sem tolerância para com o diferente?
Será democracia, aquela construída sobre a unanimidade?

Talvez, seja o momento de relermos Rousseau sobre a tolerância como elemento fundante da democracia.

Marshall (Apud Coutinho; 1994), em um clássico sobre a democracia, dividiu em **três grandes marcos** as conquistas democráticas históricas da humanidade, que tiveram como sujeito principal os (as) trabalhadores (as):

PRIMEIRA

A **democracia civil** é aquela cujo expoente foi a Revolução Francesa, onde se **conquistou a igualdade civil entre os homens**.

SEGUNDA

A **democracia política**, onde os(as) trabalhadores(as), através de greves e lutas, conquistaram o direito de votar e de se organizarem, coletivamente.

TERCEIRA

A **democracia social** é aquela que tem sido ameaçada (nos países que viveram a experiência do welfare state) pela experiência, ainda hegemônica, do neoliberalismo.

A **DEMOCRACIA SOCIAL** implica na universalização dos direitos e das conquistas sociais, para todas as pessoas, independente destas terem ou não acesso ao mercado de trabalho.

Trata-se, aqui, do direito universal e de qualidade à educação, à saúde, ao seguro desemprego, à segurança, à previdência, etc.

Democracia social no Brasil

No Brasil, infelizmente, não chegamos a vivenciar, de fato, o nível mais desenvolvido da DEMOCRACIA SOCIAL.

Fábio Wanderley dos Santos, em um estudo bastante interessante sobre A consolidação democrática e construção do Estado (1988), apontou a razão fundamental da nossa eterna menoridade democrática:

Os(as) trabalhadores(as) não são considerados como cidadãos com direitos civis e políticos.

Segundo a classe patronal, toda forma de organização e de manifestação coletiva é uma ação contra a ordem e contra a sociedade e, desta forma, toda forma de organização e de ampliação dos direitos democráticos é associada a um atentado à estabilidade e à ordem institucional. Na prática, significa dizer, nas palavras sintéticas de Ianni (1989):

A criminalização das organizações coletivas dos(as) trabalhadores(as).

Como toda ampliação democrática sempre foi, historicamente, o resultado da luta dos (as) trabalhadores (as) no mundo, a história do Brasil nos ajuda a entender o porquê da nossa menoridade democrática.

Para concluir, destacaria um estudo sobre a memória social brasileira sobre o autoritarismo, realizado por Guillermo O'Donnell, segundo o qual o Brasil, em comparação com outros países latino-americanos que, também, vivenciaram a triste experiência dos regimes autoritários, viveu uma experiência que marcou de forma diferenciada a memória social.

No Brasil, o fato da ditadura ter sido mais branda, em relação a outros países latinos e ter conseguido obter algum êxito econômico, principalmente durante o "Milagre Econômico", atenuou na memória social o impacto da ditadura militar. *O'Donnell (1988)*

A memória social brasileira, associada a uma tradição não propriamente democrática (como já apontamos em razão do texto de Fábio W. dos Reis) tem sido marcada pela tolerância com formas de autoritarismo. Não desenvolvemos, como em outros países latinos, uma cultura marcadamente anti-autoritária.

(O'Donnell - 1988)

É este frágil apego aos princípios democráticos que nos mantêm, historicamente, na menoridade democrática. E que não nos fez, ainda, avançar decididamente, para a terceira etapa das conquistas democráticas e nem defender, intransi-

gentemente, os direitos políticos já conquistados. Mais grave ainda: para alguns cidadãos brasileiros, sequer os direitos civis são garantidos, na medida em que sua exclusão social acaba por implicar na sua exclusão civil.

PERGUNTAS QUE NÃO QUEREM CALAR

- ❶ **Será que é possível falarmos em democracia,** quando nos é imposto uma forma de pensamento único, onde toda crítica é desqualificada?
- ❷ **Será que é possível afirmarmos que o Brasil é um país democrático,** quando milhares de brasileiros(as) estão excluídos de qualquer direito?
- ❸ **Será que é possível falarmos que somos uma nação democrática,** quando a igualdade entre os(as) brasileiros(as) é apenas um direito Constitucional, mas não um direito real?



José Eduardo Faria, em um artigo intitulado *“Os direitos humanos e o dilema latino-americano às vésperas do século XXI”*, provoca uma reflexão necessária.

Pergunta ele:

“Por quanto tempo a democracia representativa tão arduamente conquistada no continente, na segunda metade dos anos 80, poderá subsistir sem um efetivo desenvolvimento material capaz de corrigir - ou pelo menos atenuar – as profundas desigualdades sociais, setoriais e regionais? Além disso, como estender os direitos humanos do plano dos direitos civis e da segurança patrimonial para o plano dos direitos à vida, ao trabalho, à saúde, à educação, à alimentação, à moradia e à seguridade em países marcados por dualismo perversos (...)”?

Este dualismo que marca a existência dos indivíduos na América Latina e no Brasil, em particular, divide as pessoas em cidadãos e cidadãs de primeira e de segunda classe. Alguns, nem sequer são considerados cidadãos!

O direito à cidadania está diretamente relacionado com as condições sociais

Se, como sabemos, vivemos em uma sociedade profundamente cindida entre os que têm e os muitos que nada têm, temos uma noção de quantos são não-cidadãos e cidadãs. Por mais que a Constituição lhes reconheça direitos iguais aos demais.

Mensagem final da CNTE

Este foi o segundo fascículo do Eixo Concepção Política e Sindical. Neste texto, de Teoria Política, a única pretensão foi a de que o mesmo seja instrumento

para que os dirigentes sindicais possam fazer a leitura dos fatos sociais com a devida precisão, que os encaminhamentos da luta requer.

Temos certeza de que todos aqueles que estão envolvidos nesta primeira Etapa deste Programa de Formação, comungam da convicção de que investir na formação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, que atuam direta ou indiretamente no movimento sindical, é apostar em novas possibilidades para o futuro do sindicalismo e do nosso país, com maior igualdade e justiça social.

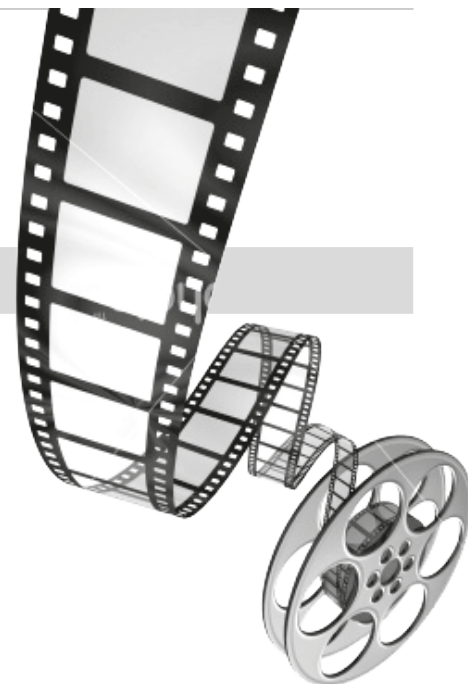
Esperamos que este caderno de formação tenha contribuído para estimular o debate entre os diferentes atores/sujeitos participantes do Programa, criando condições necessárias para que as nossas

concepções se aflorem, se dialoguem, se confrontem e busquem, na diversidade, os elementos de unidade para uma ação unificada e fortalecedora da nossa identidade de classe.

A Direção



Indicações de Filmes



DANTON, O Processo da Revolução

(Polônia - 1982)

DIREÇÃO: Andrzej Wajda

RESUMO: Durante a fase popular da Revolução Francesa, instala-se o período do “terror”, quando a radicalização revolucionária dos jacobinos encabeçada por Robespierre inicia

um violento processo político com expurgos, manipulação de julgamentos e uma rotina de execuções pela guilhotina. Danton, líder revolucionário, critica os rumos do movimento, tornando-se mais uma vítima do terror instalado por Robespierre.

Epidemia

(EUA - 1995)

DIREÇÃO: Wolfgang Petersen

RESUMO: África. Um vírus desconhecido extermina a população e os animais de uma pequena tribo. Convocados pelo exército americano para checar a situação, o Dr. Sam Daniels (Dustin Hoffman) e sua equipe estão frente à frente com uma nova e perigosa doença. Um macaco, portador do vírus, é contrabandeado para a pequena cidade de Cedar Creek e contamina o jovem Jimbo (Patrick Dempsey). Em pouco tempo, a doença começa a mostrar sinais de que está se espalhando a uma velocidade assustadora. Ao lado de sua ex-mulher, Dra. Robby Keough (Rene Russo), Daniel luta contra o tempo para descobrir um antídoto... Enfrentando a resistência do General Billy Ford (Morgan Freeman) e as tropas armadas de McClintock (Donald Sutherland), que invadiram a cidade para esconder um terrível segredo militar.

Macunaíma

(Brasil - 1969)

DIREÇÃO: Joaquim Pedro de Andrade

RESUMO: Macunaíma é um herói preguiçoso, safado e sem nenhum caráter, um verdadeiro anti-herói. Nasce preto (Grande Otelo), numa palhoça na selva, em plena mata tropical e virgem. Seu divertimento é brincar com as moças. Depois de adulto, deixa a região em companhia dos irmãos. É quando Macunaíma sofre uma súbita transformação, tornando-se branco (Paulo José). Na metrópole, passa a viver à custa da guerrilheira Ci, enquanto tenta reaver o talismã que ela lhe havia dado. Vive aventuras urbanas e zombeteiras, como a que acontece na mansão do magnata Venceslau Pietro Pietra, que se diverte numa piscina de feijoada, onde todos são devorados. Depois de muitos dissabores, Macunaíma volta à floresta carregado de eletrodomésticos, troféus inúteis da civilização, apenas para desaparecer assim como viveu: antropofagicamente. Um compêndio de lendas, mitos e da alma do brasileiro, a partir da clássica rapsódia de Mário de Andrade. Tornou-se um dos mais autênticos cult movies do cinema brasileiro.

MISSING – Desaparecido

(EUA - 1982)

DIREÇÃO: Costa Gavras

RESUMO: Num restaurante, em Santiago do Chile, um jovem jornalista norte-americano, residente nesse país, acaba escutando uma conversa na mesa ao lado, entre um agente da CIA e militares chilenos, que deixa clara a participação do governo norte-americano no golpe militar que depôs o governo socialista de Salvador Allende e inaugurou a ditadura do general Augusto Pinochet. O Chile pós-golpe de Estado, os primeiros dias da repressão e todo horror da ditadura chilena, considerada uma das mais violentas da América Latina, são, fielmente, retratados pelo filme, que venceu a Palma de Ouro e o prêmio de melhor ator no festival de Cannes, além do Oscar de melhor roteiro adaptado.

Rainha Margot

(Itália/França/Alemanha – 1994)

DIREÇÃO: Patrice Chéreau

RESUMO: O filme retrata a França em 1572, quando do casamento da católica Marguerite de Valois e o protestante Henri de Navarre, que procurava minimizar as disputas religiosas, mas acaba servindo de estopim para um violento massacre de protestantes conhecido como a “noite de São Bartolomeu”, que teve a conivência do rei da França Carlos IX, irmão de Margot. O filme, que retrata esse trágico acontecimento, é baseado num romance de Alexandre Dumas.

Regras da Vida

(EUA - 1999)

DIREÇÃO: Lasse Hallström

RESUMO: Baseado no best-seller de John Irving é a história de Homer Wells (Tobey Maguire), um garoto sem parentes que passa a ter como mentor um médico de um orfanato, Dr. Wilbur Larch (Michael Caine). Larch ensina a Homer tudo o que sabe sobre medicina e a diferença entre certo e errado, mas nunca o ensinou as regras da vida, propriamente, ditas. Quando Homer sai para descobrir o mundo, ele é mais excitante do que jamais imaginara, especialmente, quando se apaixona pela primeira vez. Entretanto, quando é forçado a tomar decisões que irão influir para sempre em sua vida, percebe que, no final das contas, não pode fugir de seu passado.

Os Subversivos

(Itália - 1967)

DIREÇÃO: Paolo e Vittorio Taviani

RESUMO: Em torno do funeral de Palmiro Togliatti, líder do Partido Comunista Italiano, desenrolam-se quatro histórias de militância: um diretor abandona o cinema para viajar pelo mundo em busca de contatos mais diretos com a realidade e os homens; um exilado venezuelano regressa a seu país para assumir o posto de um companheiro assassinado; funcionário do PCI entra em crise conjugal; e filósofo se dedica à fotografia e mostra-se anticonformista e individualista. O filme permaneceu inédito no circuito comercial brasileiro.

Referências



- ARISTÓTELES. (1999) **Aristóteles - Vida e obra**. São Paulo/SP: Editora Nova Cultural Ltda.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. (1991). **A cidadania ativa - Referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo/SP: Editora Ática.
- BENJAMIN, César et all. (1998) **A opção brasileira**. Editora Contraponto.
- BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. (1999). **Dicionário de Política**. Vol. II. 12ª Edição. Brasília/DF: Editora UNB.
- BOBBIO, Norberto. (1992). **O futuro da democracia - Uma defesa das regras do jogo**. 5ª Edição. São Paulo/SP: Paz e Terra.
- CHAUÍ, Marilena. (1996). **Conformismo e resistência - Aspectos da cultura popular no Brasil**. 6ª Reimpressão. São Paulo/SP, Brasiliense.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (1994). **Modernidade e cidadania**. Maio. Mimeo.
- CHESNAIS, François. (1996). **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo/SP: Xamã.
- ELIAS, Norbert. (1994). **O processo civilizador - Uma história dos costumes**. Tradução Ruy Jungmann; Revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. 2ª Edição. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Ed.
- FARIA, José Eduardo. (1994) **Os direitos humanos e o dilema latino-americano às vésperas do século XXI**. In Novos Estudos nº 38 - março.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Encarte Especial **"Real: 5 anos depois..."** 27/06/1999.
- FORRESTER, Viviane. (1997) **O horror econômico**. São Paulo/SP. Editora UNESP.
- FREI BETTO. **Os imergentes**. Tendências/Debates. Folha de São Paulo, 22/02/1999.
- GÉNÉREUX, Jacques. (1999). **O horror político - O horror não é econômico**. Tradução de Eloá Jacobina. 2ª Edição. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand-Brasil.
- GIDDENS, Anthony. (1994) **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo/SP: UNESP.
- GRAMSCI, Antônio. (1988). **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 6ª Edição. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira.
- HIRST, Paul. & THOMPSON, Grahame. (1998). **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Tradução de Wanda Caldeira Brant. Petrópolis/RJ: Vozes. Coleção Zero à Esquerda.
- HOBBS, Thomas. (1997). **Hobbes - Vida e obra**. São Paulo/SP: Editora Nova Cultural Ltda.
- IANNI, Octávio. (1996). **A era do globalismo**. 2ª Edição. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira.
- IANNI, Octávio. (1989). **A Nova República do Brasil**. In Tempos Conservadores. Cueva, Agustín (Org.) São Paulo/SP. Hucitec.
- KATZ, Cláudio. & COGGIOLA, Osvaldo. (1995) **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo/SP: Xamã.
- KURZ, Robert. (1992). **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra.
- LÊNIN, V. I. (1987). **O Estado e a Revolução**. São Paulo/SP: Hucitec.
- LOCKE, John. (1983). **Locke - Vida e obra**. Tradução de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. 3ª Edição. São Paulo/SP: Abril Cultural.
- LUXEMBURGO, Rosa. (1986) **Reforma social ou revolução?** São Paulo/SP: Global Editora.
- MACEDO, Ubiratan Borges de. (1995) **Liberalismo e justiça social**. São Paulo: IBRASA.

- MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. (1986) ***Manifesto do Partido Comunista***. 6ª Edição. São Paulo/SP: Global Editora.
- MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. (1987). ***A ideologia alemã***. 6ª Edição. São Paulo/SP: Hucitec.
- MARX, Karl. (1984) ***O capital: Crítica da economia política - Livro I: O processo de produção do capital***. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 9ª Edição. São Paulo/SP: DIFEL.
- MARX, Karl. (1983). ***Contribuição à crítica da economia política***. Tradução Maria Helena Barreiro Alves. Revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. 2ª Edição. São Paulo/SP: Martins Fontes Editora Ltda.
- MAQUIAVEL, Nicolau Bernardo. (1976). ***O Príncipe***. 2ª Edição. S/d: Publicações Europa-América.
- MERQUIOR, José Guilherme. (1991) ***O liberalismo antigo e moderno***. 2ª Edição. Rio de Janeiro/RJ: Nova Fronteira.
- MILL, John Stuart. (1991). ***Sobre a liberdade***. 2ª Edição. Rio de Janeiro/RJ, Vozes. Clássicos do Pensamento Político.
- MILLS, C. Wright. (1968). ***A elite do poder***. 2ª Edição. Rio de Janeiro/RJ. Zahar Editores.
- NAPOLEONI, Cláudio. (1985). ***Smith, Ricardo, Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico***. Tradução de José Fernandes Dias. 4ª Edição. Rio de Janeiro/RJ: Edições Graal.
- O'DONNELL, Guilherme. (1988). ***Transições, continuidades e alguns paradoxos***. In A democracia no Brasil.
- O'Donnell, Guilherme. & Reis, Fábio Wanderley. (Orgs.) São Paulo/SP. Vértice.
- OFFE, Claus. (1984). ***Problemas estruturais do Estado capitalista***. Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro/RJ: Tempo Brasileiro.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1997). ***Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias*** (43-52) Revista Tempo Social -USP 9(1). Maio.
- PRZEWORSKI, Adam. (1989) ***Capitalismo e social-Democracia***. 2ª Reimpressão. São Paulo/SP: Cia. das Letras.
- PRZEWORSKI, Adam. (1994) ***Democracia e Mercado - No Leste Europeu e na América Latina***. Rio de Janeiro/RJ: Relume Dumará.
- REIS, Fábio Wanderley. (1988). ***Consolidação democrática e construção do Estado***. In A democracia no Brasil. O'Donnell, Guilherme. & Reis, Fábio Wanderley. (Orgs.) São Paulo/SP. Vértice.
- REVISTA CARTA CAPITAL. (1998). ***Manifesto do capital: Acordo sobre investimento global, discutido em petit comité dá aos donos do dinheiro só direitos e nenhum dever***. 22/07/98. Ano III, nº 78. (52-54)
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1983). ***Rousseau - Vida e obra***. Tradução de Lourdes dos Santos Machado. Introdução e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. 3ª Edição. São Paulo/SP: Abril Cultural.
- SADER, Emir. & GENTILI, Pablo. (Orgs.) (1995) ***Pós-Neoliberalismo - As políticas sociais e o Estado democrático***. 3ª Edição. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1987). ***Cidadania e justiça - A política social na ordem brasileira***. 2ª Edição. Rio de Janeiro/RJ: Editora Campus.
- SOUZA, Nilson Araújo de. (1995). ***O colapso do Neoliberalismo***. São Paulo/SP: Global Editora.
- STACONNE, Giuseppe. (1991). ***Gramsci - 100 anos: Revolução e política***. Rio de Janeiro/RJ: Vozes.
- WEBER, Max. (1991). ***Economia e sociedade***. Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão Técnica de Gabriel Cohn. Brasília/DF: Editora UNB.
- WILSON, Edmund. (1987) ***Rumo à Estação Finlândia***. São Paulo/SP: Círculo do Livro S/A.
- 9º CONCURTO - Tese do 9º Congresso Nacional da CUT - julho/2006.
- SADER, Emir. ***GRAMSCI - Poder, Política e Estado*** (2005). Editora Expressão Popular.
- ECONOMIA E TRABALHO - textos básicos - Secretaria de Trabalho e Emprego - GDF/1998.

Todas as Vidas

Autora: Cora Coralina

Vive dentro de mim
uma cabocla velha
de mau-olhado,
acocorada ao pé do borralho,
olhando para o fogo.
Benze quebranto.
Bota feitiço...
Ogum. Orixá.
Macumbas, terreiro.
Ogã, pai-de-santo...

Vive dentro de mim
a lavadeira do Rio Vermelho,
Seu cheiro gostoso
d'água e sabão.
Rodilha de pano.
Trouxa de roupa,
pedra de anil.
Sua coroa verde são-caetano.

Vive dentro de mim
a mulher cozinheira.
Pimenta e cebola.
Quitute bem feito.
Panela de barro.
Taipa de lenha.
Cozinha antiga
toda pretinha.
Bem cacheada de picumã.
Pedra pontuda.
Cumbuco de coco.
Pisando alho-sal.

Vive dentro de mim
a mulher do povo.
Bem proletária.
Bem linguaruda
desabusada, sem preconceitos,
de casca-grossa,
de chinelinha,
e filharada.

Vive dentro de mim
a mulher roceira.
Enxerto da terra,
meio casmurra.
Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem criadeira.
Seus doze filhos.
Seus vinte neto.

Vive dentro de mim
a mulher da vida.
Minha irmãzinha...
tão desprezada,
tão murmurada,
Fingindo alegre seu triste fado.

Todas as vidas dentro de mim:
Na minha vida – A vida mera das obscuras.

REVISTA **Mátria**



A revista **Mátria** é uma publicação anual da CNTE que por meio de um caráter jornalístico visa uma dupla função: informativa e educativa. A cada edição procura aproximar a realidade de um público que não circula nos espaços de engajamento político; ao mesmo tempo em que mantem a vertente acadêmica tradicional, de modo a permitir que os dados factuais possam ser analisados à luz do pensamento feminista moderno.

www.cnte.org.br



A humanidade só tem a ganhar ao incluir a mulher, de modo igualitário, na vida social, familiar, política e sexual.

*Para mim a conscientização
não é propriamente o ponto
de partida do engajamento.*

*A conscientização é mais
um produto do engajamento.*

Eu não me conscientizo para lutar.

Lutando, me conscientizo.

(Paulo Freire)

Projeto Gráfico

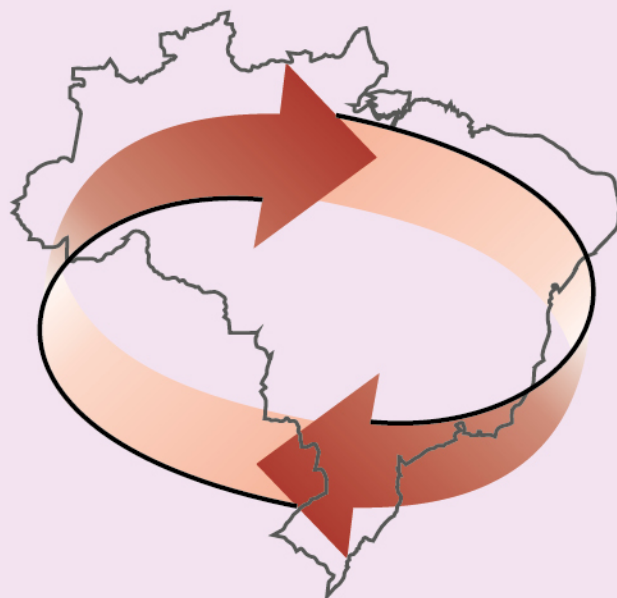
Esta publicação foi elaborada em 21 x 27,5 cm, com mancha gráfica de 18 x 23,5 cm, fonte ITC Officina Serif 11 pt, papel offset 90g, P&B, impressão offset, encadernação colado quente.

Edição Impressa

Tiragem: 1.000 exemplares

Supernova Soluções Gráficas e Editora

Julho de 2014



Programa de Formação da CNTE

Um novo conceito de atuação sindical

Eixo 1 Formação de Dirigentes Sindicais

Fascículo 2 - Teoria Política

Projeto gráfico e editorial

NPC

Núcleo Piratininga
de Comunicação



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

Brasil



Filiada à

